

"Força Nacional veio para proteger, mas acabou atirando na gente", diz Guarani Kaiowá

Páginas 6 e 7

Saúde indígena: 2020 promete ser o ano da resistência ao desmonte da política de atenção

Páginas 10 e 11

PORANTIM

Em defesa da causa indígena

Ano XLI • Nº 422
Brasília-DF • Janeiro/Fevereiro 2020

TERRA INDÍGENA URUBU BRANCO Fogo e cinzas no coração do Brasil

"O futuro das gerações do povo Apyãwa está em risco. Não tem como manter a cultura sem seguir preservando a floresta", diz cacique Elber Kamoriwa'i Tapirapé

Páginas 8 e 9

Fala sobre indígena mostra o que realmente pensa Bolsonaro a respeito de discurso nazista

O discurso violento e de cunho racista proferido pelo presidente Jair Bolsonaro contra os povos indígenas, no dia 23 de janeiro, deve ser entendido em contexto. De acordo com o presidente, “o índio mudou, tá evoluindo. Cada vez mais, o índio é um ser humano igual a nós. Fazer com que o índio cada vez mais se entregue à sociedade e seja cada vez mais dono da sua Terra Indígena”. Em nada este discurso difere de outras manifestações de integrantes do próprio governo que vêm emulando discursos e práticas historicamente construídas por experiências totalitárias e restritivas a quem deve ser considerado ser humano ou não. Não resta dúvida também de que além das terras tradicionais, Bolsonaro pretende aniquilar culturalmente os povos indígenas contando com a ajuda evangélica para que o índio seja “humano igual a nós”.

A declaração foi feita, via redes sociais, durante anúncio do presidente sobre a criação do Conselho da Amazônia, uma ação em tese destinada à proteção de terras indígenas. O fato é que ela ocorreu dias depois da demissão do secretário Nacional de Cultura, Roberto Alvim. Ao anunciar o Prêmio Nacional das Artes, também via redes sociais, Alvim plagiou um discurso do nazista Joseph Goebbels, ministro da Propaganda de Hitler. A repercussão foi imediata e Bolsonaro o demitiu, numa tentativa fracassada de afastar seu governo de ideias que agora, ao dizer que “índio é um ser humano igual a nós”, ele mostra estar estreitamente associado.

Bolsonaro, amparado pela impunidade, se sente à vontade para fazer tais declarações. Os integrantes do governo cada vez mais não têm vergonha em assumir seu apreço ideológico pela cartilha de regimes ditatoriais e de defesa do fascismo. A Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) decidiu

processar Bolsonaro para na Justiça tentar reparação a mais um ataque inaceitável do presidente da República. Faz muito bem e deveria servir de exemplo. Hoje são os indígenas, ontem foram os quilombolas, moradores de periferias e favelas, as mulheres, amanhã são os ciganos, judeus, negros e perguntamos: até que ponto será permitido a este sujeito ir em desrespeito à democracia, aos direitos humanos e em apologia a ideias que geram na história campos de concentração, xenofobia, expurgos, extermínios e eugenia?

Em 1998, o então deputado federal Jair Bolsonaro declarou: “realmente, a cavalaria brasileira foi muito incompetente. Competente, sim, foi a cavalaria norte-americana, que dizimou seus índios no passado e, hoje em dia, não tem esse problema em seu país!”. Ou então quando ele chamou os indígenas de “fedorentos” e pregou a violência, como em abril de 2017: “pode ter certeza que se eu chegar lá (na Presidência da República) não vai ter dinheiro pra ONG. Se depender de mim, todo cidadão vai ter uma arma de fogo dentro de casa. Não vai ter um centímetro demarcado para reserva indígena ou para quilombola”.

A compreensão de que grupos étnicos são mais ou menos humanos permeou momentos sombrios da história da humanidade. Líderes políticos e religiosos defensores de tais platitudes perversas empreenderam dor, genocídio, sofrimento e descalabro. Um discurso que historicamente serve como base ideológica à negação da pluralidade cultural e à existência física de formas distintas de existir e de se organizar em sociedade. O discurso serve de combustível para violências físicas e violações de direitos dos povos indígenas e a proteção a esses direitos é dever do Estado brasileiro, como está nos artigos 231 e 232 da Constituição Federal.

Porantinadas

Presidente da Funai que não gosta de índio

“Nunca vi um presidente da Funai que não gosta de índio”, disse o subprocurador da República Antônio Carlos Bigonha. A conclusão, incansavelmente atestada por fatos quase diários, levou Bigonha a estudar um pedido de afastamento de Marcelo Augusto Xavier, delegado da Polícia Federal, da Presidência da Funai. O motivo seria improbidade administrativa. Bigonha afirmou que vai conversar com o ministro do Sérgio Moro para tomar providências, o que é improvável.

Terras indígenas devem seguir com demarcação

O Ministério Público Federal (MPF) expediu uma recomendação para que o presidente da Funai revogue determinações de reanálise técnica de processos demarcatórios relativos às terras indígenas Djai-koaty, Ka’aguay Mirim, Peguaoty e Tapy’i/Rio Branquinho, localizadas na região do Vale do Ribeira, interior de São Paulo. A instrução dos processos de demarcação havia sido concluída no ano passado, tendo eles por isso sendo encaminhados à presidência da Funai para seguir ao ministro da Justiça.

Mais um Grupo de Trabalho alterado pelo governo

Um pedido à Justiça, feito pelo MPF, solicita que a Funai seja obrigada a suspender portaria que alterou a composição original do Grupo de Trabalho (GT) responsável pela elaboração do Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação do território reivindicado pelo povo Mundurucu, em Santarém, no oeste do Pará. De setembro a dezembro do ano passado, a Funai descumpriu três ordens da Justiça Federal para que as providências referentes à segunda etapa do trabalho de campo fossem tomadas.

Direitos Indígenas

Enquanto cestas básicas perdem a validade em armazém, Funai se nega a enviá-las a terras sem demarcação

Por Assessoria de Comunicação - Cimi

Em recomendação endereçada à Fundação Nacional do Índio (Funai), o Ministério Público Federal (MPF), por meio da Procuradoria da República de Dourados, no Mato Grosso do Sul, afirmou que o órgão indigenista, ao se negar a entregar cestas básicas em áreas indígenas ainda não demarcadas, “estaria se beneficiando da própria torpeza” uma vez que a não identificação e delimitação das terras indígenas é ocasionada pelo atraso da própria autarquia.

Os procuradores Marco Antonio Delfino de Almeida e Marcelo José da Silva tomaram conhecimento “sobre o possível perecimento das cestas de alimentos, sendo que foi realizada diligência de inspeção na Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), oportunidade em que se constatou que parte dos produtos possuem prazo de vencimento para os próximos três meses (Relatório Técnico n. 07/2020)”. Enquanto centenas de indígenas perecem em acampamentos precários, por falta de demarcação, quilos de comida estragam nos depósitos da Conab.

A Procuradoria da República recomenda “o retorno imediato da entrega de alimentos do Programa de Segurança Alimentar e Nutricional às famílias dos povos indígenas Kaiowá e Guarani que se encontrem em terras indígenas, identificadas administrativamente ou não”. Também estipulou um prazo de 48 horas para o restabelecimento da prestação do serviço sob risco de arcar com medidas administrativas e ações judiciais.

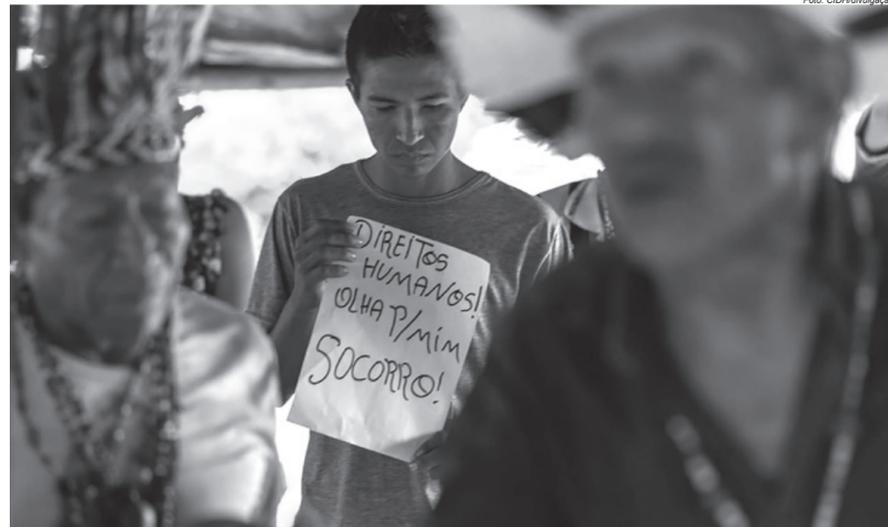
O Procurador-Chefe da Funai, Álvaro Osório do Valle Simeão emitiu um despacho à Coordenação Regional (CR) Litoral Sul do órgão indigenista, em Santa Catarina, e recomendou que “tribos” invasoras de “propriedades privadas” não devem receber cestas básicas. O advogado da União recomendou que o serviço fosse prestado apenas em terras identificadas e demarcadas. Em contraponto, caso a Funai mantenha a assistência, alimentaria “o ato de invasão e de dano material privado”.

Os procuradores revelam na recomendação que um ofício interno da Conab informa sobre a suspensão temporária das entregas de cestas nas áreas jurisdicionadas pela Coordenação de Ponta Porã, devido a não participação da Coordenação Regional da Funai nas ações de distribuição de alimentos que estavam programadas para os dias 21, 22, 23, 28, 29 e 30 de janeiro deste ano.

Atraso nas demarcações

Escreveu o advogado da União ao defender o não envio de cestas básicas: “Isso representa um paradoxo que redundará em dano ao erário, pois se a FUNAI alimenta o ato de invasão e de dano material privado sob investigação ou judicializado, alimenta a futura condenação judicial por esse dano, que recairá sobre ela própria, ainda que muitos juízes considerem a não recepção da responsabilidade solidária ou subsidiária da FUNAI, por atos indígenas, no pós-88 (não recepção da tese da tutela absoluta)”.

No entendimento dos procuradores, “a maioria das terras indígenas localizadas no Estado de Mato Grosso do Sul estão sob disputa judicial (...) grande parte possui decisões judiciais quanto à reintegração de posse”. Os procuradores citam ainda a Convenção 169 que reconhece “como terras indígenas os espaços indispensáveis ao exercício dos direitos identitários, bem como se entende por território indígena a totalidade do habitat das regiões



Guarani Kaiowá manifestam-se durante visita à TI Guyraroka da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH).

“Os povos indígenas nunca lutaram por cesta básica, mas por terra. Porque quando estão com territórios demarcados, os povos não dependem de cesta básica seja do governo federal, estadual ou municipal”.

diz Lindomar Terena



Constantes denúncias da Aty Guasu revelam racismo institucional e política genocida contra os Guarani Kaiowá

que esses povos ocupam ou utilizam de alguma forma”.

Entre as lideranças indígenas, a posição do Procurador-Chefe gerou revolta. Lindomar Terena é uma das lideranças de um povo que, nos últimos anos, trava intensa luta pelo retorno aos territórios tradicionais no estado do Mato Grosso do Sul, onde também vivem os Guarani Kaiowá em situação semelhante. Sem a terra, amontoados em acampamentos insalubres e aterrorizados por pistoleiros, os indígenas muitas vezes acabam tendo nas cestas básicas uma das poucas fontes de alimentação.

Para o Terena, não chega a ser uma surpresa o despacho do procurador da Funai em face do “desgoverno” declaradamente anti-indígena, contra as demarcações e apoiador de grileiros, latifundiários, madeireiros e mineradoras. “Os povos indígenas nunca lutaram por cesta básica, mas por terra. Porque quando estão com territórios demarcados, os povos não dependem de cesta básica seja do governo federal, estadual ou municipal. Agora se as demarcações não andam, temos o dever de lutar pelo o que é nosso por direito. O procurador, antes de abrir a boca, deveria saber do descumprimento da lei que ele mesmo está fazendo. Ao mesmo tempo que faz essa fala, deixa de cumprir com a Constituição”, diz o Terena.

Despacho afronta a Constituição

O despacho do Procurador-Chefe da Funai cometeu duas impropriedades técnicas iniciais, na análise do assessor jurídico do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), Adelar Cupsinski. “A primeira impropriedade técnica do

advogado da União no despacho é confundir Terras Indígena com propriedade privada. A segunda é que (o despacho) destoa do ordenamento jurídico; ao invés dele falar povos indígenas, como está devidamente expresso na Constituição de 1988 e na Convenção 169, ele utiliza termos que já não correspondem ao ordenamento jurídico”, explica.

Para Cupsinski a argumentação do advogado da União pendente “para uma posição ideológica, que não corresponde aos direitos indígenas. O assessor jurídico do Cimi cita a utilização pelo procurador da palavra tribo para se referir aos povos indígenas. “Não se utiliza mais desde a Constituição de 1988 (no ordenamento jurídico), são mais de 30 anos. Organizações indígenas, povos indígenas e comunidades indígenas são os termos apropriados”, afirma.

Além disso, o Procurador-Chefe da Funai comete erros de entendimento em relação aos direitos indígenas. “O despacho dele não é apropriado para o estágio dos direitos indígenas após 1988. Primeiro que os indígenas não invadem propriedade privada. Os índios eles buscam voltar para os seus territórios, recuperar terras de onde foram retirados à força. Essas terras, por sua vez nunca deixam de ser indígenas. Mesmo que eventualmente alguém tenha títulos de propriedade, esses títulos são nulos de pleno direito conforme expressa o parágrafo sexto do artigo 231 da constituição”, diz.

O assessor jurídico do Cimi lembra ainda dos documentos históricos que comprovam a expulsão dos povos de seus territórios e todo o esbulho praticado. Entre eles está o Relatório Figueiredo, que ficou 45 anos desaparecido, mas agora tem as suas sete mil páginas acessíveis. Nele há a apuração de matanças de comunidades inteiras, torturas e toda sorte de crueldades praticadas contra indígenas em todo o país, principalmente por latifundiários e funcionários do extinto Serviço de Proteção ao Índio (SPI), que expulsavam os indígenas de seus territórios para ocupá-los. ♦



48 ASSASSINATOS EM MENOS DE 20 ANOS

Povo Guajajara resiste às invasões aos territórios tradicionais

Por **Renato Santana** e **Tiago Miotto**, da Assessoria de Comunicação - Cimi

Edward Said escreveu sobre o destino dos palestinos como, de algum modo, o de não terminar onde começaram, mas em algum lugar inesperado e remoto. Se o Oriente Médio parece uma fronteira distante, a realidade a aproxima das terras tradicionais no Brasil em busca de infligir ao destino dos povos indígenas a mesma sina dos palestinos. Não terminar onde começaram, mas em algum lugar inesperado e remoto.

Como em um pesadelo saído de um conto de Julio Cortázar, onde a casa vai sendo invadida cômodo a cômodo, confinando seus moradores ao diminuto espaço da densa escura e apagada, os palestinos vêem o governo de Israel se apossando de seus territórios, descumprindo acordos internacionais. Os Guajajara, autodenominados Tenetehar, ano após ano, veem os incêndios de origem criminosa, os madeireiros e os grileiros ocupando as terras demarcadas com o incentivo e a autorização do presidente da República, aliado do governo de Israel.

Se dezenas de palestinos entregam as vidas em defesa de seu chão, os Guajajara seguem também marcados por tal sina. O Relatório Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil, do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), registrou, nos anos 2000, pelo menos 48 casos de assassinatos de indígenas do povo Guajajara – 47 deles no Maranhão e um no Pará. O ano de 2019 já é o quarto a registrar mais assassinatos de Guajajara no período, com seis casos identificados até o dia 19 de dezembro, entre eles o de Erisvan Guajajara, de 15 anos, morto na cidade de Amarante. Nos últimos vinte anos, os maiores números de assassinatos Guajajara foram registrados nos anos de 2007 e 2016, com dez casos cada, e de 2012, com sete casos.

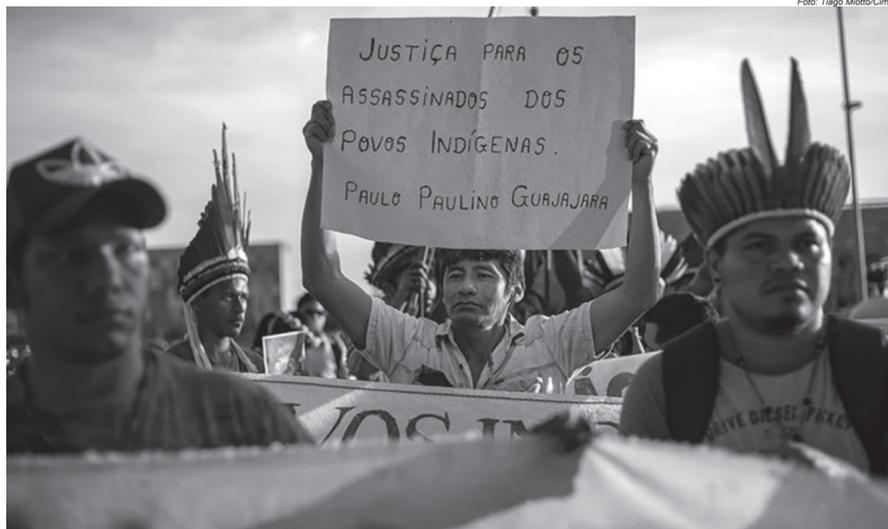
Segundo os dados, o território mais afetado pela violência contra os indígenas é a Terra Indígena (TI) Arariboia, que registrou 18 assassinatos de indígenas do povo Guajajara – mais de um terço do total. A terra é compartilhada pelos Guajajara com os Awá-Guajá livres, em situação de isolamento voluntário. Além destes casos, foram também registrados outros seis homicídios ocorridos nos municípios de Grajaú e Arame, aos quais esta terra indígena se sobrepõe – o que significa que o número de casos na TI Arariboia e seu entorno chega a 24, ou metade do total.

Mais detalhes sobre os assassinatos de indígenas do povo Guajajara podem ser acessados na plataforma Caci – Cartografia de Ataques Contra Indígenas, atualizada com os casos já registrados em 2019.

Guardiões da floresta e emboscada

Nos últimos anos, a TI Arariboia tem sofrido com a forte investida de madeireiros, e também de fazendeiros – no início de 2019, indígenas denunciaram a invasão e o loteamento de partes da terra indígena. Sem a fiscalização necessária, dificultada ainda mais pelos cortes orçamentários da Fundação Nacional do Índio (Funai), os indígenas vêm organizando grupos de Guardiões da Floresta para fiscalizar o território e repelir os invasores. No contexto de proteção territorial que os guardiões Paulino Guajajara e Laércio Souza Silva sofreram uma emboscada no início de novembro, quando partiram da aldeia Lagoa Comprida, norte da Terra Indígena, a 100 km do município de Amarante, para caçar. Já na mata, foram surpreendidos por cinco madeireiros armados.

Os homens, com as armas em punho, exigiram que Paulino e Laércio entregassem arcos e flechas, instrumentos tradicionais usados para caçar. Como Guardiões da



Indígenas do Pará e do Amapá protestam, em Brasília, contra a violência e os assassinatos de lideranças



Paulo Paulino Guajajara, Guardião da Floresta assassinado na Terra Indígena Arariboia

Floresta, portanto conhecidos destes habituais invasores da TI Arariboia, os Guajajara não tiveram muita chance de defesa. Sem esperar qualquer reação, os madeireiros, em maior número, começaram a atirar contra os indígenas. Um dos disparos fatais atingiu Paulino no rosto. Laércio foi alvejado no braço e nas costas, conseguindo escapar pela mata para pedir socorro.

A prima de Paulino, a liderança indígena Sônia Guajajara, da coordenação da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), declarou à imprensa que “o racismo mata, e foi esse racismo que matou meu parente Paulo Paulino Guajajara, no Estado do Maranhão (...) Convidamos a todas e todos para lutarmos juntos contra esse genocídio programado”. A indígena estava percorrendo países europeus no dia do ataque. “Nossa agenda é de denúncia ao que vem ocorrendo contra os povos indígenas no Brasil. Liguei pros meus parentes e confirmei. Foi uma dor, mas aproveitamos para levar a notícia ao mundo”, disse.

De 2006 para cá, a TI Arariboia detém o segundo maior número de registros de invasão no estado do Maranhão, com 20

casos identificados no banco de violências do Cimi. As terras em que houve registro de assassinato de indígenas Guajajara neste período tiveram 44 casos de invasão possessória. Quase metade destes casos – um total de 20 – ocorreram nos últimos cinco anos. Foi nesse contexto que, em 2016, ocorreu uma sequência de quatro assassinatos de lideranças da TI Arariboia em apenas um mês.

Terras indígenas Cana Brava e Bacurizinho: juntas, 15 assassinatos

Além da Arariboia, destacam-se nos casos de assassinatos de indígenas do povo Guajajara as TIs Caru, com 13 assassinatos, Cana Brava/Guajajara, que registrou oito homicídios, e Bacurizinho, que teve sete casos. Homicídios de indígenas do povo Guajajara também foram identificadas nas TIs Morro Branco (1) e Rio Pindaré (1). O recente assassinato de dois caciques da TI Cana Brava ilustra um modo muito comum de se eliminar lideranças Guajajara neste período de levantamento realizado pelo relatório *Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil*.

Quando voltavam de uma reunião na aldeia Coquinho, onde se encontraram com diretores da Eletronorte Energia, um grupo de indígenas do povo Guajajara foi atacado a tiros num sábado, 7 de dezembro, enquanto percorria em motocicletas um trecho da rodovia BR-226 próximo à aldeia El Betel, na TI Cana Brava, município de Jenipapo dos Vieiras. Firmino Prexede Guajajara, de 45 anos, da aldeia Silvino, TI Cana Brava, e Raimundo Benício Guajajara, de 38 anos, da aldeia Decente, TI Lagoa Comprida, morreram em razão dos disparos. Dois indígenas ficaram feridos. Na reunião, participaram 60 caciques e lideranças Guajajara.

O coordenador da Funai no Maranhão, Guaraci Mendes, declarou à Agência Amazônia Real que “apenas as principais lideranças Guajajara estavam reunidas para tratar dos recursos da compensação com a Eletronorte. Era toda a cúpula, caciques e lideranças, da Terra Indígena Cana Brava. Parece que foi ação planejada”.

O ano de 2019 já é o quarto a registrar mais assassinatos de Guajajara, com seis casos identificados até o dia 19 de dezembro, entre eles o de Erisvan Guajajara, de 15 anos, morto na cidade de Amarante



Assassinado em 2016 na Terra Indígena Arariboia, Assis Guajajara – na foto, à frente – foi um dos Guardiões da Floresta vitimados pelo conflito que assola seu povo

Desde outubro de 2018, após o segundo turno das eleições presidenciais, as organizações indígenas e indigenistas denunciam o aumento da violência, invasões, emboscadas, atentados e ameaças. “Parece que se sentem autorizados, é como se dissessem: agora podemos barbarizar com os indígenas, chegamos ao poder”, declarou Dinamã Tuxá, da coordenação da Apib, durante o Acampamento Terra Livre (ATL) 2019.

Dos 130 casos de invasão registrados no Maranhão entre 2006 e 2019, 44 ocorreram em terras onde foram registrados assassinatos de indígenas Guajajara

Pouca demarcação, muita violência

De 2006 para cá, incluindo dados preliminares de 2019, as terras indígenas localizadas no Maranhão registraram 130 casos de invasões possessórias, exploração ilegal de recursos naturais e danos diversos ao patrimônio. Mais da metade destes casos – 72, no total – foram registrados nos últimos cinco anos. Embora a diferença possa assinalar uma possível subnotificação de casos no período, é mais um indicativo do avanço das pressões sobre os territórios indígenas no estado. Mais de um terço destes casos – 44, no total – ocorreram em terras nas quais foram registrados assassinatos de indígenas do povo Guajajara. A TI Arariboia é a segunda com o maior número de registros de invasão no Maranhão de 2006 para cá, com 20 casos identificados no banco de violências do Cimi. A intensificação dos ataques e invasões, denunciada por diversos povos ao longo do primeiro ano do governo Bolsonaro, é agravada pela baixa execução do orçamento destinado à fiscalização das terras indígenas no Brasil.

Segundo dados do Siop, em 19 de dezembro o governo Bolsonaro havia liquidado apenas 59,7% dos 37 milhões de reais destinados neste ano à regularização, demarcação e fiscalização de terras indígenas e proteção dos povos indígenas isolados. A situação é ainda mais grave se levarmos em conta que, nos últimos cinco anos, o mesmo período que concentra a maior parte dos casos de invasão e violência, o orçamento destinado a esse conjunto de ações caiu quase pela metade.

“Estamos diante de um ataque programado, organizado, com a intenção de expulsar os povos indígenas de seus territórios. O aval tem sido periodicamente dado pelo presidente da República. O extermínio dos povos indígenas se tornou uma política de governo”, aponta Gilderlan Rodrigues, coordenador do Cimi Regional Maranhão. “Não é apenas um cenário de guerra, estamos num campo de batalha onde o ódio disseminado pelas forças políticas conservadoras, autoritárias, racistas são estimuladas pelo fascismo que já extrapolou todos os seus limites”, completa Sônia Guajajara.

Nota do Cimi: inquerito da PF sobre assassinato de Paulino Guajajara reforça ciclo de impunidade

Se calarem a voz dos profetas, as pedras falarão!”
(Lc, 19-40)

O Conselho Indigenista Missionário – Cimi vem a público repudiar a conclusão da Polícia Federal no inquerito cuja finalidade foi investigar a execução do indígena Paulo Paulino Guajajara e o ataque ao indígena Laércio Sousa Silva, baleado no braço, conforme divulgada pela imprensa. O fato ocorreu no dia 1º de novembro de 2019, no interior da Terra Indígena (TI) Arariboia, nas proximidades da aldeia Lagoa Comprida, a 86 km do município de Amarante do Maranhão.

Conforme o relato feito pelo sobrevivente Laércio, os indígenas foram vítimas de uma emboscada enquanto caçavam dentro do seu território. Segundo ele, quando pararam para tomar água, ouviram barulho no mato e logo em seguida os tiros. Paulo Paulino tombou no local após receber um tiro no ouvido, não havendo tempo para se defenderem. Laércio se protegeu atrás de uma árvore, sendo alvejado nas costas e no braço direito, conseguindo escapar com o quadriciclo que estavam usando na caçada a porcos do mato. Laércio assegurou que não avistou nenhum corpo de não indígena caído no local.

É de conhecimento geral que os Guajajara da TI Arariboia, bem como outros povos indígenas, atuam como Guardiões da Floresta nas TIs Alto Turiaçu, Caru, Governador, Krikati e Pindaré, realizam ações de proteção do seu território e são reconhecidos pela Funai e pelo Ibama para realizar essas ações, uma vez que o Estado, que deveria proteger e fiscalizar seus territórios, não o faz. É sabido também que, por conta da atuação dos Guardiões, os indígenas têm recebido ameaças, e em 2016, quatro indígenas Guajajara foram assassinados dentro da Terra Indígena Arariboia. Dois deles eram Guardiões e nenhum desses casos foi investigado pela Polícia Federal.

Foi também neste contexto que, em 2007, Tomé Guajajara, liderança de 60 anos, foi assassinado por madeireiros na aldeia Lagoa Comprida, no interior da TI Arariboia e, em 2008, Maria dos Anjos Guajajara, de apenas sete anos de idade, foi assassinada enquanto assistia televisão em sua casa, na aldeia Anajá, localizada no mesmo território. Em ambos os casos, as aldeias foram invadidas por madeireiros em represália às ações de fiscalização e denúncia dos indígenas.

Nos últimos vinte anos, o Cimi registrou o assassinato de pelo menos 47 indígenas do povo Guajajara no Maranhão. Destes, 18 eram da TI Arariboia.

Embora a situação nas terras do povo Guajajara tenha se agravado recentemente, o ambiente de violência e

insegurança também afeta os demais povos indígenas do estado do Maranhão, sejam aqueles que vivem em terras demarcadas, como a TI Alto Turiaçu, que viu Euzébio Ka'apor ser assassinado em 2015 após ações autônomas de fiscalização e denúncia contra madeireiros, sejam os que ainda lutam pela regularização de seus territórios tradicionais, como o povo Akroá Gamella, vítima de um atentado que deixou mais de vinte feridos em abril de 2017.

Questionamos se esse contexto foi levado em consideração pela Polícia Federal ao concluir que “foi possível afastar as hipóteses relacionadas a conflitos étnicos ou mesmo por emboscada de madeireiros a indígenas, tudo convergindo para a conclusão de que o lamentável episódio se originou da troca de tiros motivada pela posse de uma das motocicletas utilizadas pelos não indígenas”, segundo passagem de uma nota da PF divulgada pelo site do jornal O Globo.

O que faziam os madeireiros no território indígena, fortemente armados, numa área regularizada e de usufruto exclusivo dos povos indígenas?

Historicamente há conflito étnico por conta da retirada ilegal de recursos naturais de dentro do território, e as vítimas são sempre os indígenas. Se não foi emboscada, tampouco foi confronto. O que faziam os madeireiros no território indígena, fortemente armados, numa área regularizada e de usufruto exclusivo dos povos indígenas?

A Polícia Federal, ao reduzir o assassinato de Paulino Guajajara a um lamentável episódio de troca de tiros, desconsidera uma história de mais de 40 anos de conflitos com madeireiros nesse território, ao longo dos quais os indígenas vêm sendo assassinados e tendo seus territórios destruídos sem que nenhum assassino seja punido.

Ao desprezar o contexto de violência e de violações aos direitos e territórios indígenas, mesmo quando se trata de terras indígenas já demarcadas, a Polícia Federal demonstra sua opção política pela criminalização dos povos e de seus processos de luta por direito e por território, naturaliza o racismo institucionalizado pelo Estado e acaba por reforçar, com esta posição, as políticas de extermínio dos povos originários.

Exigimos uma investigação que considere as identidades, os direitos, os indícios e as vozes dos próprios povos, e que acabe com a impunidade dos que matam e mandam matar os povos indígenas e suas lideranças. Repudiamos ainda a atuação de parte da mídia que, ao reproduzir os argumentos falaciosos, reforça a criminalização e a posição desse governo e desse Estado etnocida.

Conselho Indigenista Missionário – Cimi,
8 de janeiro de 2020



O que faziam os madeireiros no território indígena, fortemente armados, numa área regularizada e de usufruto exclusivo dos povos indígenas?

Sob ataque, retomadas da Reserva Indígena de Dourados denunciam violência praticada pela Força Nacional

Por Assessoria de Comunicação - Cimi

O tamanho da virulência indica o tamanho do combate. A frase se aplica à natureza do que está em jogo na questão indígena: o projeto genocida do governo Bolsonaro, de assimilação forçada destes povos à sociedade envolvente, a partir da expulsão de seus territórios, ante a resistência fincada na luta pela terra. No final de 2019 e início deste ano, o noticiário deu conta de inúmeros ataques e violências praticados por seguranças privados contra as retomadas Guarani Kaiowá do entorno da Reserva Indígena de Dourados (MS), um local de confinamento, que gera miséria, suicídios e a ação de gangues talhadas pelo ambiente de total ausência de direitos humanos básicos. A resposta para a violência desmedida contra os indígenas foi o envio da Força Nacional, em janeiro. Para os Guarani Kaiowá, mais um grupo armado para atacá-los.

Vídeo que circula nas redes sociais mostra indígenas Guarani Kaiowá se protegendo de disparos na retomada Avae'te, área contígua à Reserva de Dourados. Na gravação, feita no dia 29 de janeiro, é possível ouvir os Guarani Kaiowá afirmando que os tiros, aparentemente de bala de borracha, saíam das armas de agentes da Força Nacional, enviada para a região há duas semanas após solicitação do Governo Estadual.

Conforme os indígenas ouvidos, a agressão teve como motivo o “formigão de veneno, que quando chegaram no Avaeté os fazendeiros estavam carregando. Creio que eles falaram que os patrícios (indígenas) não estavam deixando passar o veneno. Isso é o que creio como motivo”, declarou uma indígena que preservamos o nome por razões de segurança. As hostilidades tiveram início na noite de 28 de janeiro, uma terça-feira.

Por volta das 22 horas, conta a indígena, os seguranças privados tentaram derrubar alguns barracos. No conflito, um Guarani Kaiowá foi ferido no braço por um disparo. “No dia seguinte, às 9 horas da manhã, a Força Nacional se dirigiu a uma das fazendas. De lá veio um dos donos da fazenda, seguranças privados, todos em uma caminhonete preta, e quatro viaturas da Força Nacional. Chegaram no Avaeté atirando. Não chegaram para conversar”, diz.

A correria tomou conta da retomada. Nas imagens, os Guarani Kaiowá se protegem atrás de barracos e onde mais fosse possível para sair da linha dos tiros. Mesmo assim eles se dirigem ao grupo agressor, espalhados entre as caminhonetes, em protesto. “Saíam daqui já! Saíam daqui agora! Queremos justiça agora!”. “Guarani Kaiowá foi judiado por Força Nacional. Força Nacional veio atacar a gente. Tão ali ao lado dos fazendeiro”. Foram algumas das falas ouvidas no vídeo.

No início da semana, Laurentino Guarani Kaiowá, que mora na retomada Nhu Vera, uma das mais acossadas pelos seguranças privados, disse que os comandantes da Força Nacional foram às retomadas para se apresentar. “Disseram que não estão ao lado de ninguém, mas vão atender a gente quando precisarmos. Ligamos e eles atenderam. No dia 25 de janeiro ligamos para ele avisando que os seguranças estavam ameaçando. Em menos de uma hora estavam no local e foram falar com os seguranças. Depois disso os seguranças não apareceram mais”, disse.

Reunião com fazendeiros

O setor ruralista, políticos aliados, órgãos públicos, Departamento de Operações de Fronteira (DOF) e Força Nacional se reuniram, em 27 de janeiro, no Sindicato Rural de Dourados. O objetivo era tratar dos conflitos



Foto: Tiago Miotto/Cimi

Criança Guarani Kaiowá acompanha sessão no plenário do STF

no entorno da Reserva de Dourados. Conforme o portal Dourados News, em seu discurso o presidente do Sindicato Rural, Lúcio Damalia, afirmou que “isso tem que acabar e a polícia na medida do possível tem que nos dar apoio, mas ela também tem os limites legais”, disse.

De acordo com o portal Dourados News, estavam presentes na mesa de autoridades representadas do DOF; da Força Nacional; representantes da Prefeitura de Dourados, da Federação de Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul (Famasul); do Setor de Investigações Gerais (SIG); da Associação Comercial e Empresarial de Dourados (Aced) e da 4ª Subseção da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

“No dia seguinte, às 9 horas da manhã, a Força Nacional se dirigiu a uma das fazendas. De lá veio um dos donos da fazenda, seguranças privados, todos em uma caminhonete preta, e quatro viaturas da Força Nacional. Chegaram no Avaeté atirando. Não chegaram para conversar”,

diz liderança indígena



Foto: Cimi Regional MS

Comitiva durante passagem pela retomada Nhu Verá, no entorno da Reserva de Dourados

Violência cresce desde 2018

A recente escalada dos ataques contra as retomadas realizadas às margens da Reserva Indígena de Dourados teve início em outubro de 2018. O mais intenso dos ataques daquele mês ocorreu na noite do dia 28 de outubro daquele ano, data em que foi confirmada a eleição de Jair Bolsonaro a presidente da República. No segundo de quatro ataques registrados em menos de um mês, 15 Guarani e Kaiowá foram feridos por disparos feitos com balas de borracha e de gude.

O ano passado foi particularmente o de maior violência contra as retomadas da região. Os ataques foram intermitentes, tendo momentos de maior gravidade e letalidade. Foram ao menos oito ataques com vítimas nas ofensivas dos seguranças privados e um caso em que a polícia foi acionada, mas acabou se voltando também contra os Guarani Kaiowá.

À Procuradoria-Geral da República (PGR), os indígenas denunciaram a morte de Romildo Martins Ramires, de 14 anos, atingido por 18 tiros de balas de borracha, sendo em seguida atirado vivo a uma fogueira pelos seguranças, conforme a denúncia. Romildo ficou internado no Hospital da Vida, em Dourados, mas não resistiu aos ferimentos e morreu no dia 29 de julho, de acordo com documento protocolado junto à PGR, em Brasília.

Pouco após o episódio descrito em denúncia à PGR, os indígenas J.E, de 15 anos, e A.M, de 14 anos, perderam parcialmente a visão em decorrência de tiros de bala de borracha. No dia 1º de agosto, Mirna da Silva foi perseguida por pistoleiros. Vários tiros de bala de borracha foram efetuados contra a indígena, que precisou ser levada ao hospital. Na sequência, o trator modificado utilizado para destruir os barracos das retomadas machucou uma senhora Guarani Kaiowá de 75 anos. Ela teve as duas pernas prensadas e quebradas.

Jé em 12 de outubro, a retomada Avae'te foi atacada pelos seguranças privados, baleando um jovem Guarani Kaiowá na perna esquerda. Ele tentava fugir, mas o ferimento o impediu. Capturado, conforme os relatos de testemunhas, foi torturado. A polícia foi acionada, mas ao invés de conter a situação e apurar o que ocorreu se voltou contra os indígenas. Um mês depois a retomada voltou a ser atacada com disparos de arma de fogo. Não houve feridos, mas os tiros foram direcionados contra



Barraco destruído por seguranças privados na retomada Nhu Vera

Os constantes tiros contra os indígenas e a ação do caveirão são definidos como “o horror” pelo Guarani Kaiowá. “Criança dormindo e vem esses pistoleiros e passam por cima do barraco. Isso é um horror pra gente. Pra mim isso é tentativa de homicídio. Vários indígenas atingidos pelos tiros. Nem com animal se faz isso daí. Se não punir os mandantes, o conflito nunca vai terminar”

os barracos e casas dos indígenas. Dias depois, em 5 de novembro, as retomadas Nhu Vera Guasu e Aratikuty foram alvo de mais um ataque. Desta vez houve feridos a tiros de bala de borracha, casas incendiadas e derrubadas, além de um poço artesiano ter sido inutilizado.

DPU pediu apoio da Força Nacional

Durante 16 horas, entre os dias 2 e 3 de janeiro, cerca de 180 famílias Guarani Kaiowá das retomadas Nhu Vera, Nhu Vera Aratikuty, Nhu Vera Guasu, Avae'te e Boquerón, limitrofes à Reserva Indígena de Dourados, no Mato Grosso do Sul, foram alvos de seguranças privados de propriedades incidentes sobre o território indígena e do Departamento de Operações de Fronteira (DOF).

Sete indígenas terminaram feridos atingidos por tiros de bala de borracha e projéteis de arma de fogo. Dois com mais gravidade, sendo que um deles ainda está hospitalizado correndo o risco de perder a visão do olho esquerdo. Entre eles, um menino de 12 anos perdeu três dedos da mão esquerda ao manipular uma granada deixada para trás pela polícia. O ministro da Justiça e Segurança Pública Sérgio Moro não se manifestou sobre o episódio.

Por conta da escalada da violência contra as retomadas, a Defensoria Pública da União (DPU), por meio de sua Defensoria Regional de Direitos Humanos em Mato Grosso do Sul, solicitou ao governo do estado para que solicite o apoio da Força Nacional de Segurança com o intuito de conter a violência armada de seguranças privados contra os Guarani Kaiowá ocupantes de áreas tradicionais do entorno da Reserva Indígena de Dourados. Ainda não houve resposta por parte do governador Reinaldo Azambuja.

O pedido foi oficializado pela DPU no dia 10 de janeiro após a visita, dois dias antes, de 18 entidades da sociedade civil à Nhu Vera, considerada o epicentro dos ataques sofridos pelo conjunto de retomadas limitrofes à Reserva de Dourados. São cerca de 180 famílias dispersas em quatro retomadas vivendo de maneira precária e submetidas a pressões diárias pelos seguranças privados contratados por proprietários rurais cujas posses estão sobrepostas ao território tradicional reivindicado pelos Guarani Kaiowá.

Na Reserva vivem 18 mil indígenas Guarani e Kaiowá e Terena dividindo 3.475 hectares de área. Tal extensão vem há décadas se mostrando insuficiente para a reprodução física e cultural dos indígenas, sobretudo de acordo com o

Foto: Povo Guarani Kaiowá

empresa de segurança Gaspem, além do bloqueio de bens e pagamento de multa por danos morais, pelo envolvimento com ataque a indígenas do Mato Grosso do Sul entre 2009 e 2011, culminando em assassinatos de lideranças.

O governo federal enviou para Dourados no dia 6 de janeiro, com o intuito de pacificar a região, o Secretário de Assuntos Fundiários do Ministério da Agricultura, o ruralista Luiz Antônio Nabhan Garcia, que presidiu por mais de uma década a União Democrática Ruralista (UDR), acusada de organizar milícias armadas, no final da década de 1980, para prestar serviços de pistolagem a fazendeiros contra os sem-terras. O próprio secretário do governo Bolsonaro chegou a ser investigado pela contratação de pistoleiros nos anos 2000, mas nunca foi indiciado, conforme reportagem da Repórter Brasil.

Nabhan Garcia, com a companhia do presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), participou de uma reunião com autoridades públicas estaduais. O ruralista declarou ao portal Campo Grande News que “as pessoas precisam entender que ninguém tem direito a invadir propriedades alheias. A presidência da Funai veio de Brasília e irá fazer visita aos índios”.

A tese de invasão como a razão da violência perpetrada pelos seguranças armados das propriedades é refutada pelos Guarani e Kaiowá. “Todo dia eles (seguranças) nos provocam, atiram na gente, xingam. Eles estão ali não é só pra vigilância, mas pra tirar indígena da terra. Tão aproveitando que tá todo mundo de festa de ano novo e atacando”, declara Laurentino Guarani Kaiowá, que vive em uma das retomadas atacadas.

Sequência de ataques

Oito barracos do povo Guarani Kaiowá foram derrubados no final da madrugada do dia 16 de agosto na retomada Nhu Vera, terra reivindicada como tradicional pelos indígenas e limitrofe à Reserva Indígena de Dourados, no Mato Grosso do Sul. O trator modificado chamado de “caveirão” passou por cima das moradias improvisadas. Não houve feridos porque as famílias conseguiram fugir a tempo.

Por volta das 4 horas da madrugada o trator chegou ao acampamento da retomada. O barulho da máquina acordou os Guarani Kaiowá, que então rapidamente desocuparam os barracos antes do caveirão iniciar a sequência de destruição. Homens que acompanhavam a ação incendiaram os escombros de madeira, lona e pertences pessoais dos indígenas.

Revoltados, os Guarani Kaiowá tentaram atear fogo no trator blindado com chapas de ferro e pequenas passagens para os canos das armas. A Polícia Militar foi acionada e ao chegar no local, por volta das 6h30, conforme o relato dos indígenas, iniciou uma ação para dispersar os indígenas utilizando de tiros de bala e bombas de efeito moral. Os policiais permaneceram nas imediações até o final da manhã.

“Eles destruíram os barracos e escoltados pela polícia começaram a plantar soja no lugar. A parentada tá dizendo que vai voltar para o lugar. Sabendo disso a polícia segue aqui e agora (começo da tarde) estão concentrados na Fazenda Hilda (uma das propriedades cujo dono é um dos principais antagonistas dos Guarani Kaiowá”, explica Laurentino Guarani Kaiowá, que mora na retomada de Nhu Vera.

A intenção deste despejo forçado dos Guarani Kaiowá é a de no lugar do acampamento plantar soja. “Depois que a polícia chegou, iniciaram o plantio”, conta o indígena. “Se a gente não pode retomar mais nada, porque precisa esperar a Justiça, conforme disseram pra gente, eles também não podem derrubar os nossos barracos. Tá muito lento o Poder Público. Estão esperando matar um da gente?”, diz.

Os constantes tiros contra os indígenas e a ação do caveirão são definidos como “o horror” pelo Guarani Kaiowá. “Criança dormindo e vem esses pistoleiros e passam por cima do barraco. Isso é um horror pra gente. Pra mim isso é tentativa de homicídio. Vários indígenas atingidos pelos tiros. Um perdeu a visão, outro ficou parálico, tem outro ainda no hospital. Nem com animal se faz isso daí. Se não punir os mandantes, o conflito nunca vai terminar”, lamenta. Servidor da Funai ouvido pela reportagem confirmou o ataque e diz que o temor maior é de haver alguma morte com a permanência do conflito. ♦

A recente escalada dos ataques contra as retomadas realizadas às margens da Reserva Indígena de Dourados teve início em outubro de 2018. O mais intenso dos ataques daquele mês ocorreu na noite do dia 28, data em que foi confirmada a eleição de Jair Bolsonaro a presidente da República



“Esse ano foram vários focos de fogo e não conseguimos acompanhar todos, foi muito ruim para nós em relação aos incêndios”, afirma Elber Kamoriwa’i Tapirapé, cacique-geral do povo Tapirapé



Invasões e queimadas afetaram 17% da Terra Indígena Urubu Branco em 2019

Dados do Inpe revelam explosão de queimadas no território em setembro. Povo Tapirapé denuncia aumento de posseiros e madeireiros em sua terra

Por **Tiago Miotto**, da Assessoria de Comunicação do Cimi

As invasões na Terra Indígena (TI) Urubu Branco, em Mato Grosso, têm se intensificado e preocupado o povo Apyãwa, também conhecido como Tapirapé. Os indígenas sofrem há algum tempo com a presença de madeireiros, grileiros e fazendeiros em seu território. Em 2019, contudo, as queimadas e a devastação no território atingiram um patamar crítico e os Apyãwa, junto a outros povos da região do rio Araguaia, vêm buscando apoio das autoridades para coibir a destruição de suas terras e a ação dos invasores.

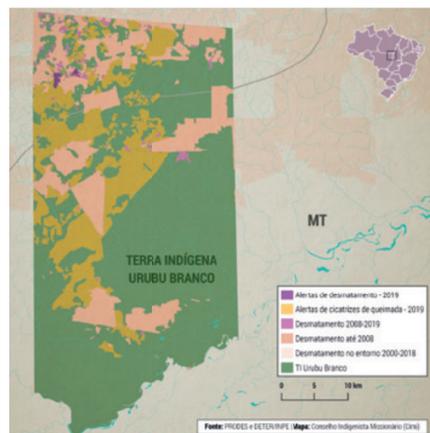
Em outubro do ano passado, os Tapirapé de Urubu Branco estiveram em Brasília junto a liderança dos povos Karaja, Kanela do Araguaia, Xavante, Xerente, Yudja-Juruna e Krenak-Maxakali, e cobraram do Ibama a fiscalização das invasões a suas terras tradicionais e a criação de equipes indígenas do Prevfogo nos territórios, com treinamento e condições de atuar para combater os incêndios.

As lideranças relataram que as queimadas afetaram praticamente todas as terras da região e a atuação dos órgãos públicos foi insuficiente para conter os incêndios e a devastação. Registros de focos de incêndio e alertas de desmatamento e degradação do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) corroboram as denúncias das lideranças. Os dados do centro de pesquisas apontam que em 2019, especialmente a partir do mês de setembro, aproximadamente 17,5% da TI Urubu Branco foi atingida por queimadas.

“Esse ano foram vários focos de fogo e não conseguimos acompanhar todos, foi muito ruim para nós em relação aos incêndios”, afirma Elber Kamoriwa’i Tapirapé, cacique-geral do povo Tapirapé. “O futuro das gerações do povo Apyãwa está em risco. Não tem como manter a cultura sem seguir preservando a floresta”.

Explosão de queimadas em setembro

No mês de setembro, dados do satélite de referência utilizado pelo Inpe para monitorar as queimadas indicaram um aumento expressivo das ocorrências no interior da TI Urubu Branco. De 416 focos de incêndio identificados na terra indígena em 2019, 365 ocorreram no mês de setembro, o que equivale a 88,2% do total.



Na imagem de satélite, é possível ver a quantidade de fumaça sobre a TI Urubu Branco, recortada em vermelho

Entre janeiro e agosto de 2019, de acordo com os dados do Inpe, 9.078 focos de incêndio haviam sido registrados em 274 terras indígenas do Brasil. Em setembro, esse número aumentou consideravelmente: foram 5.967 focos de incêndio em terras indígenas apenas neste mês, um acréscimo de 65,7% em relação aos focos registrados nos oito meses anteriores.

Localizada na transição entre o Cerrado e a Amazônia, a TI Urubu Branco foi a quarta terra indígena do Brasil com maior número de focos de incêndio no mês de setembro.

Se considerada também uma faixa de cinco quilômetros no entorno da área demarcada – um indicativo da pressão que o território sofre em seus limites – o número de queimadas identificadas nos nove primeiros meses de 2019 sobe para 503.

O ápice das queimadas, nos primeiros dias de setembro, também pode ser verificado em imagens de satélite da Nasa,

que apresentam colunas de fumaça saindo do perímetro da TI Urubu Branco. Depois deste mês, com o início do período de chuvas, apenas dois novos focos de incêndio foram identificados pelo satélite de referência do Inpe.

“A mata está morrendo”

As consequências dos incêndios no interior da terra indígena são indicadas pelos alertas de “cicatrizes de queimada” do sistema Deter, um programa de monitoramento do Inpe voltado para o apoio à fiscalização e ao controle do desmatamento e da degradação florestal na Amazônia.

Estes alertas apontam que, no segundo semestre de 2019, cerca de 29,4 mil hectares da terra indígena foram atingidos pelos incêndios florestais. Isso equivale a 17,5% da área total da demarcação. Além disso, outros 256 hectares receberam alerta de desmatamento neste mesmo período, não diretamente ligado às queimadas.

O sistema Deter emite alertas de desmatamento e degradação em tempo real para os órgãos de fiscalização e, segundo o Inpe, não é utilizado para estimar taxas de desmatamento acumulado. Ainda assim, os alertas baseiam-se em imagens de satélite e indicam tendências e situações de risco.

Ao contrário do Deter, o programa Prodes, também do Inpe, divulga dados consolidados de desmatamento ano a ano, com base em imagens espaciais de melhor resolução. Segundo as informações deste outro sistema, entre 1988 e 2018 a TI Urubu Branco teve 30,9 mil de seus 167.533 hectares devastados pelo desmatamento – aproximadamente 18% de sua área total.

Os alertas do sistema Deter no segundo semestre de 2019, portanto, indicam que nestes nove meses as queimadas e o desmatamento podem ter afetado uma área equivalente à que foi desmatada na TI Urubu Branco nos 30 anos anteriores.

Importante notar que estes alertas são todos posteriores ao período abrangido pelo último levantamento do sistema Prodes, que estimou um aumento de 29,5% na taxa de desmatamento na Amazônia Legal entre agosto de 2018 a julho de 2019. Divulgado recentemente, a taxa estima o desmatamento acumulado em relação aos mesmos meses de 2017 e 2018.

Os números para a TI Urubu Branco foram obtidos com base nos dados abertos disponibilizados pelo Inpe e na base cartográfica da Fundação Nacional do Índio (Funai).

“A queimada atingiu praticamente toda a TI Urubu Branco. Os Apyãwa dizem que apelaram à Funai, Ibama e outros órgãos, mas não obtiveram sequer um mínimo de resposta efetiva no sentido de apagar o fogo”, afirma Luiz Gouvêa de Paula, do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) – regional Mato Grosso.

Queimadas, degradação e desmatamento

As cicatrizes identificadas pelo sistema de alertas do Inpe não são sinônimo de desmatamento, explica o coordenador do Programa Amazônia do Inpe, Claudio Aparecido De Almeida.

“Esse alerta indica que a área foi afetada por queimada, mas não posso dizer que ela foi efetivamente desmatada. É um bom indicio de que aquela área passou por uma degradação ambiental que pode resultar em desmatamento”, avalia.

“A floresta é bastante úmida, é o que dificulta tanto a proliferação de incêndios. Mas quando você vai desmatando, a borda dessa floresta fica mais ressecada, fica mais sujeita a fogo, porque existe uma degradação causada pelo desmatamento. No limite do desmatamento, nos primeiros quinhentos metros de floresta, ela vai ficar mais seca, mais exposta, vai sofrer o processo de morte de várias árvores. Isso favorece muito o espalhamento do fogo”, prossegue.

As áreas afetadas pelo fogo na TI Urubu Branco até podem florescer novamente, mas guardarão as marcas dos incêndios que as afetaram. Por isso, o pesquisador do Inpe salienta que o processo de degradação de uma área florestal se retroalimenta.

“Tem uma área degradada, então ela está sujeita a fogo. Aí ela pega fogo, ela fica mais degradada, fica mais sujeita a fogo, e como ela está vizinha de pastos, em que eventualmente alguém faz manejo usando fogo, ele está sujeito a ampliar essa área de fogo”, aponta Claudio.

Ele também explica que o Prodes, programa responsável pelo estudo e a consolidação das taxas de desmatamento acumulado ao longo dos anos, não inclui informações sobre áreas degradadas. Por isso, cicatrizes de queimada, como as da TI Urubu Branco, não são incluídas nos dados de desmatamento acumulado e podem não constar do próximo levantamento consolidado do Inpe.

“Quando o Prodes olha para uma área que está degradada, ela continua sendo tratada como uma área que tem floresta, ainda que tenha passado por degradação”.

Questionado sobre o que chamou mais a atenção nos dados do Prodes que incluem o primeiro semestre do ano de 2019, o pesquisador afirma ter percebido “um aumento da ilegalidade”.

“O que a gente percebe é que houve um aumento do desmatamento em terras indígenas, um aumento do desmatamento em unidades de conservação, um aumento intenso do desmatamento em áreas que não tem CAR, ou seja, existiu um aumento da ilegalidade. Quem está abrindo terra, não está mais se preocupando se aquela área, em tese, não podia ser desmatada. Ele está desmatando, talvez até tentando forçar uma situação para que ele possa legalizar futuramente”, pondera.

“A queimada atingiu praticamente toda a TI Urubu Branco. Os Apyãwa dizem que apelaram à Funai, Ibama e outros órgãos, mas não obtiveram sequer um mínimo de resposta efetiva no sentido de apagar o fogo”.

afirma **Luiz Gouvêa de Paula**, do Cimi



Retirada de madeira é um perfil de invasão que a TI Urubu Branco sofre. Na foto, toras de Pau Brasil preparadas para o transporte

“Eles tentaram várias vezes apagar eles mesmos, mas sem equipamentos pouco puderam fazer. O pior é que isso vem acontecendo há anos e a mata está morrendo”, lamenta Luiz.

“Queremos que seja criada uma equipe do Prevfogo, para que os próprios indígenas possam ter como trabalhar para proteger a floresta”, corrobora Carlos Tapirapé, liderança da TI Urubu Branco.

Posseiros e fazendeiros

Apesar da gravidade da situação, as queimadas são apenas uma das preocupações dos Tapirapé. As invasões para a retirada ilegal de madeira ainda são constantes, e a presença de fazendeiros e posseiros na porção norte da terra indígena colocam a própria segurança do povo em risco.

Um grupo de fazendeiros permanece nesta região da TI Urubu Branco desde sua homologação, em 1998. Apesar de já terem perdido o processo em que questionavam a demarcação da terra indígena na Justiça, sua retirada do território vem sendo protelada há anos por recursos judiciais.

Enquanto a desintrustão não ocorre, os indígenas denunciam que o arrendamento dessas propriedades e a chegada de novos posseiros na região vêm aumentando consideravelmente as invasões e, consequentemente, a devastação na área, que concentra os alertas de desmatamento não ligados a cicatrizes de queimadas em 2019.

“As pessoas que estão com a liminar para permanecer na terra indígena continuam lá, mas elas estão causando muito problema e devastação”, afirma o cacique-geral Tapirapé.

“Os pecuaristas continuam queimando os pastos e, com isso, queimando a maior parte do território. O fogo vem principalmente das fazendas que estão na região norte e se espalha pelo território indígena. Fica difícil a gente controlar”, avalia a liderança.

Em dezembro de 2019, o MPF ajuizou ações civis públicas e fez uma representação à Procuradoria-Geral da República para garantir aos indígenas o usufruto exclusivo de seu território. Além de pedir a retirada imediata dos invasores, o MPF de Barra do Garças, em Mato Grosso, pede que a Funai e a União indenizem os Tapirapé de Urubu Branco em R\$ 6,3 milhões por “danos morais coletivos”.

O mesmo pedido, no valor de R\$ 1 milhão por “danos morais coletivos” e R\$ 1 milhão por danos sociais, é feito em relação à Energisa, empresa que instalou energia elétrica para os fazendeiros que ocupam ilegalmente o interior da terra demarcada.

“Com a eletricidade podem ser utilizados maquinários, automatizar atividades econômicas, aumentar a produtividade, além de gerar percepção de regularidade para os ocupantes desta área, o que contribui para a valorização das posses, ainda que ilícitas, e sua negociação por parte dos grileiros”, argumenta o MPF.

Madeira roubada

Em maio de 2019, doze pessoas foram presas por extração ilegal de madeira após uma ação do Ibama. Outras quatro pessoas já haviam sido presas pela Polícia Federal pelo roubo de pau-brasil, no mês anterior. Para os indígenas, entretanto, ações pontuais não são suficientes para coibir a ação dos invasores.

“Está tendo um grande desmatamento da madeireira. Não é qualquer madeira, é pau-brasil que eles retiram, uma árvore que é muito importante para nós. Nossa riqueza está sendo destruída pelo não índio”, afirma Carlos Tapirapé.

“Quando vão para a roça, os Apyãwa frequentemente ouvem barulho de motosserras ou de caminhões muito próximo das aldeias. Sinal de que continuam os cortes e roubo de madeira do território, basta a Polícia Federal virar as costas. Enquanto não houver desintrustão, não haverá trégua”, avalia Luiz Gouvêa.

“Os satélites não mostram toda a devastação, pois há lugares em que a mata parece intacta, mas por baixo pode haver pastagem ou mata fragilizada pela retirada da madeira de maior valor comercial. Esta é uma técnica muito usada na região”, alerta o missionário. Para os Apyãwa, o discurso do presidente Jair Bolsonaro em defesa da exploração das terras indígenas tem potencializado as ações de invasores, que se sentem mais confiantes para agir.

“Entendemos que o governo também incentivou muito essa parte, nesse ano. Os invasores, no momento em que ouvem os governantes falarem que os territórios indígenas precisam ser ocupados pelos madeireiros, pelos garimpeiros e pelos próprios caçadores, eles estão incentivando que tudo isso aconteça nos territórios indígenas”, afirma Elber Kamoriwa’i.

Semana de cobranças em Brasília

Junto aos outros povos da região, os Apyãwa também aproveitaram a ida à Brasília no final de 2019 para cobrar providências de outros órgãos do governo federal. Uma das incidências foi feita na Fundação Nacional do Índio (Funai), onde eles exigiram a abertura do processo de revisão de limites da TI Urubu Branco.

Os Tapirapé afirmam que uma importante parte de seu território ficou fora da demarcação feita nos anos 1990. “É a área de caçada dos Apyãwa para a festa da Tawã, Cara-Grande”, explica o missionário do Cimi.

Em Brasília, os povos do Araguaia também tiveram reuniões no Ministério da Educação, na Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) e em outros órgãos, onde protocolaram a declaração final do Primeiro Seminário dos Povos Indígenas da Região do Araguaia, realizado no início de setembro. ♦

Descontinuidade da política de atenção coloca aos povos indígenas necessidade de protestos

Por Assessoria de Comunicação - Cimi

No último dia 10 de dezembro, o governo federal baixou a Portaria 13.623. Nela se estabelece diretrizes para o redimensionamento do quantitativo de Unidades Administrativas de Serviços Gerais (Uasg) pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. O objetivo é centralizar os processos e contratações públicas nos órgãos federais. A mudança deve afetar a saúde indígena. O ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, afirma, conforme informações de bastidores, que primeiro irá observar o quadro, não apenas da Sesai como o do ministério como um todo, para então fazer as reduções necessárias.

A Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), partindo da lógica da portaria, deve perder mais de sua autonomia porque cada Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI) funciona como uma unidade gestora. “É preciso ver como o Ministério da Saúde vai encaminhar este processo nos próximos três anos”, analisa um integrante da saúde indígena no país que pede para não ser identificado por temer represálias. Este pode ser o novo ponto de atrito dos povos indígenas com o Ministério da Saúde, após as tentativas do governo de municipalização da saúde indígena e do fim do Programa Mais Médicos, que, de acordo com a Organização Panamericana de Saúde (Opas), atendia 643 mil indígenas. Relatórios da Sesai, no entanto, afirmam que os profissionais foram repostos em todos os distritos no mesmo quantitativo anterior.

“Passamos neste último ano por inúmeras situações de uma ação de desmonte e descontinuidade da política da saúde indígena. Apesar de manter as conveniadas, cumprindo com um acordo fechado pelo governo anterior, o ministro já sinalizou que no mês de abril não dará continuidade ao modelo que existe. As empresas conveniadas não terão uma renovação. O atual modelo é o modelo que mais atende às especificidades dos povos indígenas... que combateu a mortalidade infantil. Sabemos que tem muito o que melhorar, mas foi o que mais surtiu efeito ao atendimento da saúde indígena”, explica Dinamã Tuxá, da coordenação da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib).

Para Dinamã, “o atual ministro vem com um discurso declarando, como crítica, que a saúde indígena é um sistema dentro de um outro sistema. Na verdade a saúde indígena é um subsistema do SUS”. Por conta disso, pontua a liderança indígena, o ministro tem promovido o esvaziamento de unidades gestoras e “a indicação de pessoas ligadas ao projeto genocida, anti-indígena, do atual governo”. Dinamã revela que os atos administrativos do ministro que “contradizem a Lei Arouca, o controle social. Os povos não vêm participando das construções e das decisões do novo modelo, que deve começar em abril. Ninguém sabe como vai ser”.

A mobilização deverá ser o recurso estratégico adotado pela Apib para enfrentar o que Dinamã chama de “retrocessos e genocídio em curso”. E acrescenta: “os caminhos vão ser o de mobilizar e articular com o Congresso. Vamos iniciar o ano com uma série de atividades para garantir que esses direitos sejam mantidos, não sejam destruídos. Estamos preparando uma grande mobilização e não vamos aceitar os retrocessos. Não vamos aceitar que o genocídio em curso permaneça em curso”.

Reunião da Cisi

O resultado das tentativas de descontinuação da Política de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas foi tema de discussão da Comissão Intersetorial de Saúde Indígena (Cisi), que se reuniu entre os dias 13 e 14 de novembro, em Brasília. Representantes indígenas e de entidades, associações e sindicatos, integrantes do Ministério da Saúde, Sesai e Fundação Nacional do Índio (Funai) rea-



Mobilização dos povos Pataxó, Tupinambá e Pataxó Hã-Hã-Hãe contra a municipalização da saúde indígena, em Brasília

lizaram uma avaliação como está a situação da política pública de atenção à saúde indígena; em um segundo momento refletiram sobre a 6ª Conferência Nacional de Saúde Indígena, que era para ter ocorrido este ano, e por fim trataram das perspectivas de futuro.

“Pelos relatos que vieram das diferentes regiões a gente percebe que os problemas se avolumaram e se tornaram muito grandes nestes últimos 10, 12 meses. Desde que o momento em que o governo rompeu com o Programa Mais Médicos, a gente tem notícias de que a presença de equipes de saúde diminuiu drasticamente. Há muita reclamação pelas aldeias de que não estão sendo assistidas, de uma forma continuada e permanente, com equipes de saúde em área. De modo que está comprometido aquilo o que é mais básico da saúde, que é a assistência

“Questões relativas ao saneamento básico têm sido cada dia mais severas. Não há água potável nas comunidades e a situação é generalizada. As águas ou são sujas ou são contaminadas e em alguns lugares sequer há água. É uma situação dramática. As águas ou são sujas ou são contaminadas e em alguns lugares sequer há água. É uma situação dramática”

diz Roberto Liebgott

CONVENIADAS

As conveniadas são entidades beneficentes de assistência social, escolhidas por chamamento público, para a prestação de serviços complementares na área de atenção à saúde indígena. Oito instituições habilitadas são responsáveis pela assistência prestada nas aldeias em 33 Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEIs) e na Casa de Saúde Indígena do Distrito Federal (Casai-DF).

O último chamamento público, concluído em maio de 2018, empossou as entidades Missão Evangélica Caiuá (DSEIs Alto Rio Purus, Alto Rio Solimões, Manaus, Mato Grosso do Sul, Médio Rio Purus, Médio Rio Solimões e Afluentes, Parintins, Vale do Javari e Yanomami); Instituto de Medicina Integral

preventiva, básica, que se dá através da presença cotidiana das equipes”, explica Roberto Liebgott, representante do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) na Cisi.

Um caso que ilustra o quadro apresentado pelos indígenas na reunião da Cisi ocorreu entre o povo Pataxó Hã-hã-hãe, da Terra Indígena Caramuru Catarina-Paraguaçu, no sul da Bahia. Um bebê de 9 meses faleceu no dia 25 de novembro após ter o atendimento emergencial negado pela Maternidade Ester Gomes e pelo Hospital Manoel Novaes, ambos de Itabuna. Quando foi atendido, após a interferência do advogado Davi Pedreira, não resistiu. Em vídeos gravados durante o velório do pequeno Levi, os indígenas discursaram revoltados com o descaso provocado pelo enfraquecimento da Política de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas.

“Questões relativas ao saneamento básico têm sido cada dia mais severas. Não há água potável nas comunidades e a situação é generalizada. As águas ou são sujas ou são contaminadas e em alguns lugares sequer há água. É uma situação dramática. Outra questão grave é no que se refere às casas de saúde indígena. É o local onde os doentes aguardam para serem atendidos em hospitais para a realização de exames de média e alta complexidade ou então estão em tratamento. No geral, essas casas, conforme as notícias levadas à Cisi, são precárias, insalubres, sujas; não há cuidado e zelo com elas”, acrescenta Liebgott.

Outro aspecto, relacionado a estes pontos apresentados pelo missionário, é com relação à infraestrutura. “De acordo com os relatos, há problemas de transporte, veículos quebrados, estragados, sobretudo com relação aos barcos, e não há combustíveis e medicamentos. O governo tem uma preocupação exclusiva: controle de gastos. Nessa contensão, quando libera recursos, libera com muito atraso. Muita gente tem saído das comunidades e procurado as cidades”, explica.

A questão de infraestrutura, saneamento e falta de recursos logísticos também geraram óbitos entre as populações indígenas. Conforme levantamento do Conselho indigenista Missionário (Cimi) Regional Amazônia Ocidental, de janeiro a agosto deste ano morreram 16 crianças indígenas, tendo entre um mês e 11 anos de idade, na Terra Indígena Alto Rio Purus, no Acre. Os principais sintomas dos óbitos foram febre, vômito, câibras e diarreia. Um idoso de 64 anos também morreu apresentando quadro clínico idêntico.

Durante o último surto de diarreia, entre outubro de 2011 e abril de 2012, 24 crianças morreram com os mesmos sintomas na TI Alto Rio Purus. Entre as razões para o ciclo de mortes atingir periodicamente as aldeias do Alto Rio Purus está a ausência de saneamento básico provocando a contaminação da água consumida sobretudo no período das chuvas. De acordo com o Portal da Transparência, a Sesai realizou apenas 11% do orçamento total de 2019 (até o dia 26 de setembro) para a rubrica Saneamento Básico em Aldeias Indígenas Para prevenção e Controle de Agravos. Em 2018, realizou 24%; 2017, 23%; 2016, 19% e 2015, 17%.

A liderança Ninawá Huni Kui explica que desde “2008, 2009 isso vem acontecendo no Purus, mas também em outras regiões do estado como no Alto Envira, por exemplo. No Purus tem se destacado por ter o maior número de óbitos, como os 24 que aconteceram entre 2011 e 2012”. Quando tem início o período das chuvas, conta Ninawá, “os igarapés alagam, enchem, e vão dar nas cacimbas das aldeias e as contaminam. Todo mundo bebe dessa água e então começam os sintomas de vômito, diarreia e câibras”. Cacimbas são covas abertas em terreno úmido até atingir um lençol d’água subterrâneo.

Alternativa: a realização da 6ª Conferência

Uma forma de enfrentar a situação, para os integrantes da reunião da Cisi, será a realização da 6ª Conferência Nacional de Saúde Indígena. Programada para maio de 2019, as etapas locais e distritais foram realizadas. Durante a reunião da Cisi, o encontro ficou marcado para julho de 2020, em Brasília. “Todos os distritos envolvidos apresentaram suas propostas para uma nova política de atenção à saúde indígena, mas infelizmente o governo, desde que assumiu, colocou muitas travas, muitos freios e foi impedindo que a conferência acontecesse. Alegaram vários subterfúgios, disseram que há problemas de recursos, que não precisava ocorrer em Brasília, tinha que ocorrer em outro estado, foram protelando e chegamos a esse final de ano sem saber se ela irá ocorrer”, explica Liebgott.

Para os indígenas, a 6ª Conferência Nacional se torna ainda mais importante porque a Sesai estuda mudar a



A saúde indígena é um dos três eixos do ATL Bahia e foi ponto de pauta da marcha



Povos Guajajara e Pyhcop Citi Ji/Gavião manifestaram-se contra a municipalização da saúde indígena em Amarante (MA).

sistemática de prestação de serviços, após a resistência do movimento indígena à municipalização. “O governo então passou a pavimentar uma outra via através do INSI (Instituto Nacional de Saúde Indígena, proposto durante o governo Dilma Rousseff), que previa a privatização da saúde. A ideia está sendo retomada e estão estruturando no âmbito do Ministério da Saúde uma estrutura que será responsável pela gestão da saúde, vinculada a prestadores de serviço da iniciativa privada” explica Liebgott.

Na avaliação dos indígenas presentes na reunião, a ideia rompe com princípios importantes pelos quais os povos indígenas lutam para manter, como o controle social, “que será fragilizado porque as empresas funcionarão a partir da perspectiva econômica. Não se vai permitir a fiscalização e participação na execução das ações. Os agentes indígenas de saúde, ambientais e sanitários têm grande participação na prestação do serviço e deixarão de ter em um formato privatizado”, entende Liebgott. A perspectiva é que em abril de 2020 “isso mude porque este é o prazo dos convênios com as atuais empresas prestadoras de serviços. Perspectiva de enxugamento da estrutura, diminuição de servidores, diminuição de agentes indígenas. Para além da municipalização, a privatização da saúde indígena é a próxima batalha a ser enfrentada”, avalia o missionário do Cimi.

“A manutenção de um subsistema próprio de atenção à saúde indígena cumpre mandamentos constitucionais e a plena operacionalidade dos serviços prestados pela Secretaria Especial de Saúde Indígena não pode ser descontinuada”

diz MPF

Foto: Haroldo Heleno/Cimi Regional Leste

Sesai não pode ser descontinuada, aponta PGR

“A manutenção de um subsistema próprio de atenção à saúde indígena cumpre mandamentos constitucionais e a plena operacionalidade dos serviços prestados pela Secretaria Especial de Saúde Indígena não pode ser descontinuada”. A afirmação foi feita pelo coordenador da Câmara de Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais do Ministério Público Federal (6CCR/MPF), Antônio Carlos Bigonha, durante reunião com representantes do Sindicato dos Profissionais e Trabalhadores da Saúde Indígena (Sindcopsi), no dia 21 de novembro. O encontro aconteceu na sede da Procuradoria-Geral da República (PGR), em Brasília.

Durante a audiência, os representantes do sindicato demonstraram preocupação com a proximidade do fim dos contratos com as organizações que prestam serviços nos Distritos Sanitários Especiais (Dseis) das comunidades, previsto para abril de 2020. Segundo eles, até agora a Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) – órgão do Ministério da Saúde – não tomou providências para evitar a descontinuidade dos serviços, como a publicação de um novo chamamento público para novos contratos ou o aditamento dos que estão vigentes.

Ao contrário, denuncia o sindicato, em ofício enviado pela secretária, os Dseis foram orientados a escalonar as férias de todos os 14 mil profissionais contratados, entre eles 7 mil indígenas, nos meses de janeiro e fevereiro, para cumprirem aviso prévio em seguida, e serem dispensados de suas funções. Para o vice-presidente do sindicato, Alison Cardoso, esse é um sinal da falta de transparência por parte da Sesai, uma vez que “desde o começo deste ano, a Sindcopsi e os representantes das organizações conveniadas tentam, sem êxito, solicitar uma audiência com objetivo de esclarecer o funcionamento do novo modelo de gestão da força de trabalho, a partir de abril do próximo ano”.

O subprocurador-geral da República e coordenador da 6CCR, Antonio Carlos Bigonha, lamentou a situação e reafirmou os esforços do MPF em proteger os indígenas, a partir de inúmeras tratativas com Ministério da Saúde e a Sesai. Bigonha informou que 19 contratos de convênios chegam ao fim da vigência em janeiro de 2020 e, devido a isso, “irá solicitar informações acerca do trâmite da próxima Chamada Pública e sua modalidade de contratação, para evitar a descontinuidade dos serviços prestados às populações indígenas”.

Gestora desobedece ordem judicial

O Ministério Público Federal (MPF) apresentou pedido à Justiça Federal em Santarém (PA) para que determine multa de R\$ 13 milhões à Sesai por descumprir uma sentença judicial de 2017 que ordena atendimento de saúde para 13 povos indígenas que vivem na região do baixo Tapajós. Também foi pedida a execução de multa pessoal para a secretária Sílvia Nobre Lopes, “porque o MPF entende que a gestora está desobedecendo conscientemente a sentença judicial, por impedir a contratação de pessoal já selecionado para formar as equipes de atendimento”, diz trecho de nota divulgada pelo MPF.

A sentença judicial desobedece trata da falta de atendimento de saúde indígena diferenciado para indígenas moradores de terras ainda não demarcadas nas regiões do baixo rio Tapajós, rio Arapiuns e Planalto Santareno e reivindicadas pelos povos Borari, Munduruku, Jaraqui, Arapyun, Tupinambá, Tupaiú, Tapajó, Tapuia, Arara Vermelha, Apiaká, Maytapu, Kumaruara e também para os indígenas que vivem nos centros urbanos.

A secretária, para o MPF ciente de que está desobedecendo uma sentença da Justiça Federal, não comete o ato “em razão de impossibilidade, dificuldade, burocracia, falta de orçamento ou até mesmo interesse público justificado”, mas sim de forma consciente e voluntária. “A gestora dispõe de todas as condições para cumprir a sentença judicial”, diz o pedido do MPF enviado à Justiça e assinado por sete procuradores da República.

Serviços de saúde

Em julho deste ano, após reunião com indígenas do Dsei Litoral Sul, o MPF celebrou um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) com o Ministério da Saúde e Sesai com objetivo de manter o funcionamento dos serviços de transporte terrestre dos pacientes do distrito. O acordo foi celebrado após manifestação da comunidade, uma vez que o fim dos contratos se aproximava sem a previsão de novas licitações pela secretária. ♦

FARINHADA NA SERRA DO PADEIRO

“Mulheres Indígenas plantando e colhendo para garantir a soberania alimentar”

Por **Olinda Muniz***, jornalista indígena,
e **Haroldo Heleno**, do Cimi Regional Leste

Aconteceu no período de 12 a 15 de dezembro de 2019, na aldeia Serra do Padeiro do povo Tupinambá de Olivença, no sul da Bahia, a 9ª Farinhada das mulheres da Serra do Padeiro, que este ano teve como tema: “Mulheres Indígenas plantando e colhendo sustentabilidade e garantindo a soberania alimentar em seus territórios”. Aproximadamente 150 pessoas participaram do evento, além das próprias Tupinambá, mulheres indígenas dos povos Pataxó (extremo sul da Bahia), Pataxó Hã-Hã-Hãe (sul da Bahia), Tumbalalá (norte da Bahia), estudantes, representantes de movimentos sociais, universidades.

A Farinhada 2019 teve como objetivos desenvolver e fortalecer a produção da farinha e dos produtos derivados da mandioca, no intuito de favorecer a auto-organização, a autonomia e a valorização do trabalho das mulheres envolvidas nas atividades; dar visibilidade ao trabalho das mulheres e suas demandas bem como contribuir para o reconhecimento de sua participação na vida econômica local e territorial; a partir da “Farinhada” ver a possibilidade de Ações de Sustentabilidade e Autonomia para as comunidades envolvidas nos seus respectivos territórios; motivar, animar o processo de mobilização e organização das mulheres para Ações de partilha e garantia de “Direitos”, bem como, clareza das organizações quanto aos seus “Deveres”; fortalecer a organização das mulheres indígenas, visando possibilidades de ampliação para mais mulheres da região.

O projeto da “Farinhada das Mulheres”, que acontece desde 2010, tem dois pilares fundamentais: 1) fortalecimento de uma atividade já existente e predominante na comunidade – a produção de farinha; 2) Fortalecimento do processo organizacional e de empoderamento das mulheres Tupinambá da Serra do Padeiro e das outras indígenas participantes do evento, além de assentadas da Reforma Agrária da região circunvizinha, por meio de rodas de diálogo, oficinas práticas de produção de farinha e seus produtos derivados, exibição de vídeos, fotografias, brincadeiras.

Em todas estas etapas são abordadas temáticas diversas, focadas nas atividades desenvolvidas por mulheres; bem como contribuir para que as mulheres indígenas e



A Farinhada 2019 teve como objetivos desenvolver e fortalecer a produção da farinha e dos produtos derivados da mandioca

A alegria contagiante, a animação, a espiritualidade, o compromisso, o trabalho conjunto de mulheres e homens, o envolvimento coletivo, foram alguns dos elementos presentes no processo da farinha

assentadas fortaleçam sua auto-organização, tornando-se cada vez mais autônomas. A farinha das Mulheres busca promover e valorizar o trabalho das mulheres inseridas em um coletivo, nestas comunidades indígenas e também nos grupos de assentadas.

Na tarde do dia 12, as delegações das diferentes etnias chegavam na Serra do Padeiro, e fomos recebidas pelas anfitriãs Dona Maria e Glicéria (Célia). Na cozinha o fogão a lenha contribuía para tomarmos uma xícara de café e por o papo em dias. As conversas chegavam sempre acompanhadas de boas gargalhadas em meio às lembranças das mulheres lembravam de encontros passados, quando se conheceram, inclusive de farinha anteriores, o que denota intimidade entre elas. No dia

seguinte, logo cedo, seu Lírio locutor da rádio Tupinambá da Serra do Padeiro dava bom dia, e convocava as mulheres para trabalhar na farinha.

Todo o processo de preparo da farinha e seus derivados acontece na casa de farinha onde a mandioca é ralada, a goma separada, e a farinha e os beijos produzidos. Pela manhã as mulheres acordam cedo, tomam café na cozinha de Dona Maria, logo depois seguem para a casa de farinha, todas com suas facas em mãos para começar o trabalho. Este ano além do tema das políticas públicas, foram abordados temas importantes como: O perigo e a violência do Governo Bolsonaro para os povos indígenas; Recurso Extraordinário 1.017.365 – REPERCUSSÃO GERAL. Aconteceu na noite do dia 13, o lançamento do livro “O Retorno da Terra” da Daniela Alarcon (veja mais abaixo).

Esta experiência da farinha sempre contribui para o seu crescimento pessoal, social e político uma vez que se entende que, ao empoderar o individual se empodera também o coletivo. As rodas de conversa, a troca de experiências, permitem que mais mulheres atinem sobre suas competências e de seu valor, entendendo que o fortalecimento de um projeto permite desenvolver outros que podem vir a incluir mais mulheres.

As mulheres indígenas têm desenvolvido um importante trabalho de organização dentro de suas comunidades, e a busca pela soberania alimentar tem sido um pilar importante para garantir a alimentação das comunidades, traçando políticas e estratégias sustentáveis de produção. Em meio ao processo de feito da farinha as mulheres conversam, cantam, contam histórias, riem e brincam. À noite todos se juntam em torno do centro da aldeia para agradecer aos encantados estarem sempre protegendo. O fazer farinha para os povos indígenas é valorizar seus ancestrais, cantar, agradecer, compartilhar, brincar, rir. É pensar estratégias para continuarem se organizando para sobreviver frente aos desafios impostos por um sistema colonizador, que já dura mais de 520 anos, especialmente agora com as ameaças do atual governo Bolsonaro.

A alegria contagiante, a animação, a espiritualidade, o compromisso, o trabalho conjunto de mulheres e homens, o envolvimento coletivo, foram alguns dos elementos presentes no processo da farinha, além é claro, da farinha, o beiju, a goma, a puba, e muitos outros

Todo o processo de preparo da farinha e seus derivados acontece na casa de farinha onde a mandioca é ralada, a goma separada, e a farinha e os beijos produzidos. Pela manhã as mulheres acordam cedo, tomam café na cozinha de Dona Maria, logo depois seguem para a casa de farinha, todas com suas facas em mãos para começar o trabalho.

produtos deste mutirão. No último dia, a casa de farinha é ornamentada e vira uma grande “Feira da Partilha”, onde todas as mulheres se reúnem, e os alimentos preparados com os derivados da mandioca e a farinha são partilhados igualmente para todos. Esse momento é todo especial, pois os laços de solidariedade são ainda mais reforçados com a partilha. A farinha Tupinambá é um evento tradicional que tem despertado o espírito solidário em outras comunidades indígenas, e isso é muito importante, sobretudo depois das influências negativas da atualidade em muitas destas comunidades. Tudo isto “deseembocam” nesta Feira da Partilha, um gesto concreto da construção de Bem Viver, tão sabiamente vivenciado pela comunidade da Serra do Padeiro

O deslocamento das delegações das Pataxó Hã-Hã-Hãe de Pau Brasil e Itajú do Colônia, e das Pataxó dos territórios de Barra Velha e do Território Comexatibá, no extremo sul da Bahia, foram garantidos com recursos da Embaixada da França, que vem apoiando as iniciativas do Cimi Regional Leste nos trabalhos de empoderamento e fortalecimento dos processos formativos e de luta junta as mulheres indígenas.

O Cimi entende a Farinhada das mulheres como um espaço de construção de utopias possíveis, de um gesto concreto de “rebelião” contra um sistema que exclui, isola e violenta. A farinha não só inclui, congrega, mas sobretudo valoriza, empodera e fortalece o processo comunitário e nos diz que um outro mundo é possível sim. ♦



As rodas de conversa, a troca de experiências, permitem que mais mulheres atinem sobre suas competências e de seu valor

O Retorno da Terra: as retomadas da aldeia Tupinambá da Serra do Padeiro, sul da Bahia

Por **Haroldo Heleno**, do Cimi Regional Leste

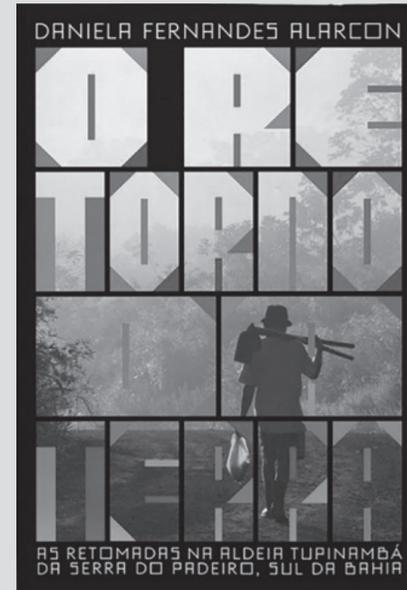
O lançamento do livro O retorno da Terra, da antropóloga Daniela Alarcon, trouxe luz à noite do dia 13. No terreiro da aldeia, montou-se o palco, que foi iluminado pela lindíssima Lua Cheia, que também veio prestigiar o evento. Este sem dúvida foi o mais importante dos lançamentos já realizado pela autora Daniela Alarcon. Ali naquele chão onde originou toda a narrativa contida naquelas páginas, os personagens, os lugares, as histórias, as lições estavam ali naquela noite presentes, ao vivo e a cores.

Parte dessa história é apresentada em O retorno da terra: as retomadas na aldeia Tupinambá da Serra do Padeiro, sul da Bahia, fruto de uma dissertação de mestrado defendida pela autora na Universidade de Brasília (UnB) e premiada pela Society for the Anthropology of Lowland South America (SALSA) na edição de 2018 do Norm and Sibby Whitten Publication Subvention Fund.

De acordo com Glicéria Jesus da Silva, uma das lideranças da Serra do Padeiro e autora do prefácio, o livro é um “romance da terra”. “Quando Daniela se detém para ouvir o clamor, as tragédias, as expulsões do território, tamanhas violações dos direitos do nosso povo, a violência contra a terra, ela também mostra como o nosso povo se organizou, através das retomadas, para reverter os impactos que a natureza vinha sofrendo, e como as florestas, as nascentes dos rios e os animais passaram a se sentir mais protegidos e seguros. Ela documenta como nós estabelecemos em uma vivência de enfrentamento, para garantir o bem viver com a natureza”, diz Glicéria.

Resultado de minuciosa pesquisa de campo e documental, o livro esmiúça o processo de recuperação territorial, demonstrando como o projeto coletivo construído pelos Tupinambá da Serra do Padeiro vem criando condições para a emergência de memórias subterrâneas, para o retorno de indígenas que se encontravam na diáspora — alguns deles trabalhando em condições análogas à escravidão — e para o fortalecimento de atividades produtivas tradicionalmente desenvolvidas pelo grupo, que contribuem decisivamente para as condições de vida dos indígenas e para a conservação da mata atlântica, bioma onde se situa a aldeia.

Ao mesmo tempo, o livro revela as profundas repercussões cosmológicas das retomadas de terras. Os Tupinambá acreditam que o território pertence aos Encantados, entidades não humanas que habi-



tam diversos domínios do mundo físico e que, assim como os indígenas, foram impactados pelo avanço da fronteira capitalista e pela degradação de sua morada. Cem exemplares foram doados à comunidade da Serra do Padeiro, e os outros representantes dos povos presentes na farinha também receberam exemplares.

Após a apresentação, houve depoimentos emocionados, muitos deles falavam da importância da publicação. Para Agnaldo Francisco Pataxó Hã-Hã-Hãe, que é atualmente o presidente da Associação Geral da Comunidade da Serra do Padeiro e professor no Colégio Estadual da Aldeia, O retorno da Terra é um instrumento de luta e que precisa ser usado para “se defender dos inimigos”.

Dona Maria da Glória faz uma ligação do lançamento do livro com o momento da farinha, destaca a importância da Mãe Terra, do trabalho comunitário, da importância da mandioca na vida da comunidade, do apoio de outras comunidades. Ela afirma que não vai ler o livro, pois ela diz que não sabe ler. Mas não é preciso que Dona Maria saiba ler o livro: ela é parte dele, e os “outros” é que vão ter que lê-la. ♦



Em todas estas etapas são abordadas temáticas diversas, focadas nas atividades desenvolvidas por mulheres

(*) Olinda Muniz Wanderley, jornalista indígena, é coordenadora do Projeto Kaaporá. O projeto Kaaporá realiza um conjunto de ações do povo Pataxó Hã-hã-hãe tais como a restauração e educação ambiental, valorização da cultura indígena e estabelecimento de Áreas de Proteção Ambiental Indígena, cuja primeira é a APA Kaaporá.

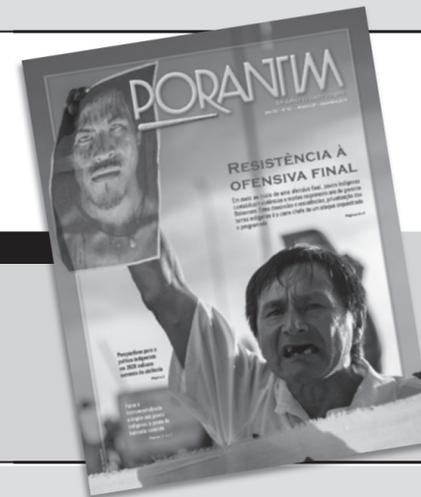
Assine o
PORANTIM
EM DEFESA DA CAUSA INDÍGENA

Forma de pagamento – depósito bancário:

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO

Banco Bradesco
Agência: 0606 – Conta Corrente: 144.473-5

Envie cópia do depósito por e-mail ou correios
SDS – Ed. Venâncio III, salas 309/314 – Asa Sul
Brasília-DF – CEP: 70.393-902



adm.porantim@cimi.org.br

(61) 2106-1650 / 2106-1655
SKYPE: Adm Jornal Porantim
www.cimi.org.br

Ass. anual: R\$ 80

Ass. dois anos: R\$ 130

América Latina: US\$ 55

Outros países: US\$ 90

CONSTRUINDO UM MUNDO SEM MALES!

Raoni e 45 povos indígenas lançam manifesto pela vida

Por **Juliana Arini**, da Agência Amazônia Real

Por quatro dias, a aldeia Piaracu, na Terra Indígena Capoto Jarina (MT), tornou-se o centro do mundo para 45 povos indígenas. Cerca de 600 lideranças indígenas protagonizaram um evento inédito em todo o país, o Encontro dos Povos Mebengokré. No final do encontro, após quatro dias e muitos debates, os povos indígenas deram um exemplo a todo Brasil durante a construção do documento “Manifesto do Piaracu das lideranças indígenas e caciques do Brasil”.

O encontro foi idealizado pelo líder Kayapó Raoni, ou Raoni Metuktire, em seu idioma materno, que mesmo com quase noventa anos, insiste em convencer os homens a repensarem a ocupação do planeta. “Não vou desistir, vou continuar até quando o meu corpo resistir. Se o homem branco insistir em cortar floresta, fazer barragem em rio, garimpo e destruir tudo, vou continuar aqui, lutando”, diz ele, durante entrevista exclusiva à agência Amazônia Real. Raoni responde às indagações da reportagem com uma resolução que por trás de sua pintura tradicional camufla o peso da idade.

Os olhos lacrimejam, não há mais a agilidade do guerreiro alto e esguio que começou a lutar pelo povo Kayapó nos anos de 1970, mas a sua determinação causa espanto. O líder permaneceu até o último momento de votação do documento, que envolveu discussões sobre os direitos das mulheres, o respeito aos jovens e, principalmente, como os povos indígenas vão enfrentar um grande desafio: as políticas anti-indígenas do atual governo brasileiro.

Os povos da floresta representados pela filha do líder seringueiro e ambientalista Chico Mendes (1944-1988), Angela Mendes, que atua na coordenação do Comitê Chico Mendes, também participaram das discussões do documento.

“Desde o ano passado percebemos que precisávamos nos unir, pois os tempos atuais pedem que estejamos todos juntos. Temos um governo literalmente fascista”, afirmou Angela, muito emocionada, após encenar um momento protagonizado por seu pai nos anos de 1980 ao se reunir com povos indígenas para firmar uma aliança dos Povos da Floresta.

As discussões do evento apontaram o governo do presidente Jair Bolsonaro como um dos principais inimigos dos povos indígenas hoje. “Queríamos que a Funai (Fundação Nacional do Índio) voltasse aos bons tempos. Estivesse fortalecida e com estrutura para ajudar os povos indígenas como nos tempos de Olímpio Serra, Sidney Possuelo, Claudio Romero e os outros presidentes que realmente pensavam nos povos indígenas”, conta Megaron Txucarramãe, tradutor, sobrinho e cotado para ser um dos possíveis sucessores de Raoni.

O retorno ao Xingu

Em sua casa, Megaron explicou à reportagem da Amazônia Real como a trajetória de Raoni forjou o líder atual. “Crescemos no Xingu. O povo Kayapó fez parte da diáspora dos povos que perderam o seu território com a abertura das estradas que cortaram a Amazônia a partir da década de 1950. Fomos levados para lá e por lá ficamos um tempo, até que decidimos voltar aqui para às margens do Xingu”, diz.

Raoni nasceu na aldeia Krajmopyjakare, hoje chamada Kapôt – filho do líder Umoro, uma grande liderança de seu povo. Apesar de só conhecer o “homem branco” em 1954, seu povo já sofria há décadas com os ataques.

“Não gostei quando conheci o homem branco. Tive medo, minha avó, de quem herdei o meu nome, sempre contava das histórias de ataques e mortes. Eles (brancos) nos encurralaram aqui. Antes nosso povo andava por tudo. Goiás, Tocantins, até beira do Rio de Janeiro era nosso território de andar e migrar. Agora só conseguimos mudar um pouco aqui em

“Vou continuar até quando meu corpo resistir. Estamos unidos para defender o povo e a terra”, declarou Raoni, em entrevista à Amazônia Real



Foto: Kamikia Kisejje/Cobertura Colaborativa



Foto: Todd Southgate/Cobertura Colaborativa

Participantes do encontro mandaram um recado ao mundo: “somos a cura da terra”.

“Cresci com Raoni no Xingu, e vou estar sempre ao lado dele. Nossa luta é igual, pelo território e cultura do povo indígena”, explica Afukaka Kuikuro, um dos grandes líderes do Parque Nacional do Xingu

nossa terra”, conta Tuira Kayapó, prima consanguínea, mas ao mesmo tempo neta de Raoni, segundo a estrutura de parentesco dos Kayapó.

Ameaças vizinhas

Capoto Jarina é um exemplo dos novos tempos entre os Kayapó. A Terra Indígena é cortada por uma estrada por onde trafegam inúmeras carretas de soja e gado. A estrada é o marco físico de dois territórios indígenas, o mundo Kayapó e o Parque Nacional do Xingu, mas em ambos os lados é possível perceber o quanto a floresta já sucumbiu ao corte de madeira. Uma franja de floresta rala e cercada do “mato-bravo”, trepadeira espinhosa também conhecida como “juquirá”, toma conta do horizonte em ambos os lados.

No passado, conforme lembra Márcio Santilli, sócio-fundador do Instituto Socioambiental (ISA), os próprios Kayapó chegaram a se envolver com corte de madeira e com garimpo, atividade que causava divisão entre eles. Santilli é reconhecido por sua atuação no indigenismo brasileiro, e foi presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai) de 1995 a 1996.

“Por um tempo, os Kayapó estiveram envolvidos com o corte de madeira e garimpo, ainda nos anos de 1990. Eu me desentendi com muitas lideranças daqui para tentar mudar o pensamento deles. Mas Raoni nunca apoiou essa conduta e sua postura foi fundamental para que passassem a evitar o assédio do homem branco sobre as suas riquezas”, disse Marcio Santilli, em declaração à Amazônia Real.

“Meu pai lutou muito para estudarmos, chegou a se desentender com os familiares, mas nós conseguimos. Minhas irmãs são enfermeiras, eu sou advogada e todas nós estudamos inglês. Sempre participamos do movimento indígena”, explica O.é Paiakan Kayapó, que é vista como uma liderança pelo próprio Raoni.

“Precisamos dos jovens para manter a nossa luta. Eles são fundamentais”, afirma Aritana Yalapiti, um dos caciques xinguanos presente na reunião. “Raoni desde muito cedo sempre foi esse líder, os jovens precisam buscar essa postura”, afirma.

Novos líderes

A delicada questão da sucessão de cacique Kayapó, é um tema pouco discutido. Nas terras indígenas poucos se habilitam a se candidatarem ou lutar pelo reconhecimento necessário para tornarem-se uma liderança.

Paí de dez filhos, Raoni perdeu em dois acidentes os herdeiros naturais. Seu primogênito morreu em um acidente pouco esclarecido nos anos de 1990, quando seu povo ainda vivia no Parque Nacional do Xingu. Após o incidente, Raoni migrou para dentro do território Kayapó, abandonando de vez o local para onde foram levados pelos sertanistas Orlando, Claudio e Leonardo Villas-Boas, à época do contato, em 1954.

A aldeia de Raoni é tão reservada quanto a possibilidade de manter um contato mais próximo com ele. Apesar de ser uma figura pública, Raoni é quase sempre esquivo ao assédio de quem o admira. A aldeia isolada é uma proteção ao cacique. O único caminho é o rio Xingu em uma viagem de mais de duas horas. Foi para lá que ele convidou o seu sobrinho Bepkmo Metuktire e atual tradutor para morar.

Bepkamro é vice-presidente do Instituto Raoni, a associação que o povo Kayapó utiliza para captar recursos para projetos de economia sustentável, como atividades agroflorestais nas aldeias e para fazer eventos como os dessa semana. O cargo é outro símbolo de proximidade com Raoni. Antes dele, o segundo filho do cacique, Tedje Metuktire, falecido em um acidente de carro em 2004, ocupava o cargo.

Mas a sucessão do cacique para as lutas futuras também envolverá uma figura feminina, com já anunciou o próprio Raoni, quebrando a tradição de transmissão da chefia apenas aos homens. O nome dessa figura segue ser definido.

Hoje a mulher mais respeitada entre os Kayapó é Tuira. Para ela a figura de Raoni foi fundamental para tornar-se uma líder. “Desde jovem ele sempre vem lutando, e me vez ver o sonho da luta e segui-lo, mas a liderança é dos jovens. Daqui em diante nosso futuro está com as jovens mulheres”, explicou. ♦



Escaneie o código, em algum leitor de sua preferência, para ler o Manifesto do Piaracu das lideranças indígenas e caciques do Brasil na íntegra.

Construtora avança sobre área tradicional Guarani Mbya na TI Jaraguá e devasta floresta

Por **Cimi Regional Sul - Equipe São Paulo**

A comunidade da Terra Indígena Jaraguá, na capital paulista, amanheceu no dia 30 de janeiro ao som das motosserras e equipamentos utilizados para derrubar a mata. Árvores vieram ao chão e um clarão foi aberto. O povo Guarani Mbya decidiu então realizar uma manifestação, em caráter de cerimonial fúnebre, nas imediações do terreno da responsável pela devastação ambiental: a construtora Tenda.

No local, a construtora planeja erguer cinco torres de prédios, de alto padrão, para cerca de 800 moradores. O empreendimento ficará ao lado da aldeia Ytu, na frente da aldeia Pyau e no entorno da aldeia Yvy Porá. São dezenas de hectares de Mata Atlântica a serem derrubados acabando com uma área florestal vital para a sobrevivência de animais silvestres, flora diversa e o povo Guarani Mbya.

Conforme trouxe com exclusividade o portal De Olho nos Ruralistas, alguns dias antes da invasão ao território Guarani Mbya, no dia 24 de janeiro, a Tenda, que faz parte do Novo Mercado, a elite da B3, comunicava ao mercado que uma de suas acionistas, a Constellation Investimentos e Participações, aumentava sua participação na empresa para 5,36% do total das ações ordinárias. Um dos sócios da Constellation é o bilionário Jorge Paulo Lemann, dono da Ambev, listado em novembro pela Forbes como o 42º homem mais rico do mundo.

A construção do condomínio teve início com diversas irregularidades ambientais e desrespeito às leis de proteção dos povos indígenas e seus territórios, caso da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Os hectares destinados a tal fim estão cercados por muros e um estande de vendas de apartamentos já se encontra em funcionamento.

“A Tenda começou as obras sorrateiramente, sem comunicar a comunidade que, atenta às movimentações da obra, iniciamos uma conversa com os donos do empreendimento”, diz uma das lideranças indígenas. Emissários da Tenda foram às aldeias para sondar a opinião dos indígenas a respeito do empreendimento. Há uma semana, os indivíduos comunicaram aos Guarani Mbya que 4 mil árvores seriam derrubadas.

Conforme os indígenas, os argumentos apresentados pelos emissários para justificar a derrubada não foram aceitos. “Por se tratar de árvores isoladas, disseram que não havia presença de animais e muito menos haveria necessidade de fazer consulta de devolutiva indígena ambiental”. Sem acordo com os indígenas, o diálogo não avançou e um denúncia foi levada pelas aldeias ao Ministério Público Federal (MPF).

“É um ataque à natureza e ao modo de vida tradicional Guarani”. A comunidade exige que o respeito aos direitos a ela destinados sejam obedecidos, considerando que qualquer obra a menos de 10 km de uma comunidade indígena é exigência legal a realização da devolutiva ambiental, como consta na Constituição Federal, e também a consulta prévia.

Os Guarani Mbya estão completamente abalados e em luto por conta da ação ilegal da Tenda, e se manifesta a favor dos espíritos da floresta, agredidos e derrubados junto com as árvores que foram cortadas. O Pico do Jaraguá está sendo devastado em nome de um progresso avassalador e de extermínio. As florestas são entidades e espíritos de fortalecimento dos povos indígenas.

Para os Guarani Mbya, derrubar uma árvore é como tomar um parente. Nessa ocasião 4 mil foram executados. Uma cerimônia fúnebre será realizada na área massacrada em nome de um apelo ao Nhanderu, o deus criador Guarani, pela maldade e agressão aos espíritos que protegem o povo da floresta. Sem previsão de término, a comunidade aguardará uma conversa em relação à devolutiva ambiental e indígena. ♦



Foto: Midia Nirjha

A Tenda começou as obras sorrateiramente, sem comunicar a comunidade”, diz uma das lideranças indígenas

Somos Sementes Teimosas

Por **Egon Heck**, do Secretariado Nacional - Cimi

Quando entramos no espaço do Centro de Formação Vicente Canãs, em Luziânia (GO), nos deparamos com uma singela construção, a Casa da Semente; casa também da luta e da resistência dos povos indígenas. Nela pretendemos manter um banco de sementes, aproveitando o grande fluxo de indígenas, quilombolas, sem-terras e comunidades tradicionais que passam por este espaço do Conselho Indigenista Missionário (Cimi).

A casa das sementes teimosas é uma espécie de espaço de saudação, estímulo à resistência e secular luta dos povos originários pelas suas vidas e seus direitos. Essa expressão, sementes teimosas, brotada do coração de uma liderança indígena durante a XXIII Assembleia Geral do Cimi, realizada em setembro de 2019, espalhou-se pelos ventos desse mundo, na voz de artistas e do documento final da Assembleia Geral.

Funcionamento da casa das sementes

A casa tem como objetivo fazer circular as sementes indígenas. Para que isso aconteça, e a lógica do espaço se cumpra, é preciso que se leve e traga sementes seguindo três passos:

1. Armazene as sementes nas garrafinhas e identifique;
2. Pegue as que desejar;
3. Registre no livro as seguintes informações: nome do povo, aldeia, data da colheita e data da troca.

CIRCULAR AS SEMENTES TORNA MAIS FORTE A NOSSA RESISTÊNCIA



A casa é um banco de sementes, aproveitando o grande fluxo de indígenas, quilombolas, sem terras e comunidades tradicionais que passam pelo Centro de Formação do Cimi

Quem tem medo do Bobo Mau?

Por Daniel Munduruku

Estamos todos indignados com a fala do presidente a respeito dos povos indígenas. Sei que deveria estar também e estou. Estou sem estar, na verdade. Primeiro porque nunca imaginei nada diferente saído da boca de alguém com este histórico de vida. Segundo, porque não se pode esperar que nasçam pérolas de latrinas mentais. Terceiro, porque a formação que ele tem é tão pobre que ele só sabe repetir improperios, embora ele não saiba o que isso signifique.

Seria como imaginar que ele pudesse nomear alguém para a área da cultura que não odiasse a cultura. Ou para a pasta do meio ambiente um ser que não fosse tão mesquinho, ignóbil e sem noção como o seu atual titular. O que se pode esperar de alguém que indica para o ministério da educação um quase analfabeto?

O infeliz, como se pode notar, nunca cresceu de fato. Ele é de uma geração que aprendeu preconceitos e estereótipos e não consegue se livrar deles porque isso exigiria que se tornasse tolerante, respeitoso, humano. Mas isso dá trabalho demais. Isso exige leitura demais e já sabemos que livros têm letras demais que lhe embaralha as ideias. Pensar cansa e ele está acostumado a cumprir ordens (de militares ou do Trump).

Peço que desculpem minha falta de indignação. É que, graças ao esforço de toda a sociedade civil organizada e consciente, um tipo como ele está sendo deixado para trás. Eu sei que está. Quando vejo as crianças ansiosas em aprender com nossas histórias; felizes por lerem nossos livros; satisfeitas por dançarem nossas danças ou verem os filmes que fazemos, uma esperança me invade. Quando vou às escolas e vejo a ação dos educadores acontecendo, sei que logo teremos uma geração capaz de dar uma resposta mais positiva, digna e humana a estes desmandos.

Continuemos a trabalhar. Governos passam, mas a história continua. Nossa gente sempre soube responder a esse tipo de pária social com mais empenho e participação. Com mais luta e resistência. Com mais arte e rito. Apenas digo: estejamos preparados para responder com criatividade. O que este energúmeno disse sobre nós é a cara dele e de seus asseclas. Isso nada tem a ver com a sociedade brasileira que nos vê como parte dela porque sabe que ela é parte de nós. ♦

